



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
(MESTRADO) – UEPB/UFCG**

JIMMY FELIPE GOMES DOS SANTOS

**MONITORAMENTO INFORMACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DO SÃO JOÃO
DE CAMPINA GRANDE/PB**

CAMPINA GRANDE – PB

2020

JIMMY FELIPE GOMES DOS SANTOS

**MONITORAMENTO INFORMACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DE
CAMPINA GRANDE/PB**

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Orientador: Prof. Dr. Jose Luciano Albino Barbosa.

CAMPINA GRANDE – PB

2020

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S237m Santos, Jimmy Felipe Gomes dos.
Monitoramento informacional [manuscrito] : um estudo de caso de Campina Grande/PB / Jimmy Felipe Gomes dos Santos. - 2021.
84 p. : il. colorido.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2022.
"Orientação : Prof. Dr. José Luciano Albino Barbosa, Coordenação do Curso de Administração - CCEA."

1. Monitoramento informacional. 2. Segurança pública. 3. Bot informacional. 4. Política pública. I. Título

21. ed. CDD 361

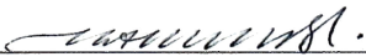
JIMMY FELIPE GOMES DOS SANTOS

MONITORAMENTO INFORMACIONAL: UM ESTUDO DE CASO DE CAMPINA
GRANDE/PB

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) apresentado a/ao Coordenação /Departamento do Curso ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (PPGDR/UEPB) da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de mestre.

Aprovada em: 21/12/2020.

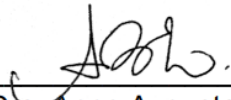
BANCA EXAMINADORA



Professor Dr. José Luciano Albino Barbosa (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Cidoval Morais de Sousa

Professor Dr. Cidoval Morais de Sousa
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Professora Dra. Anne Augusta Alencar Leite
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

CAMPINA GRANDE – PB

2022

RESUMO

Este trabalho teve início na graduação de Direito, o qual o autor, por sua profissão de Policial Militar teve oportunidade de trabalhar durante sua vida profissional. Considera-se uso da informação em um conceito *stricto sensu*, uma das preocupações da sociedade atualmente. Desta forma, seu uso incorreto gera situações problemáticas em todas as esferas. A visão limitada deste problema, provavelmente tem sua fase inicial decorrente do grande alcance dos sistemas existentes. Adotando ferramentas computacionais - concebidas principalmente pelas ciências exatas - é possível realizar o cruzamento dos dados, analisá-los e, posteriormente, interpretá-los para que os agentes públicos tomem as decisões. Assim, é possível atuar com uso de sistemas de conhecimento - softwares especialistas criados com o intuito de identificar, correlacionar e sugerir soluções para ajudar na tomada de decisão dos gestores públicos quando da formulação de políticas públicas. O objetivo desta dissertação é investigar como o Monitoramento Informacional está sendo usado e pode auxiliar na produção de conhecimento para tomada de decisão, com particular referência à prevenção, controle e combate da criminalidade. Optou-se pelo estudo de campo, através do procedimento de observação e coleta de dados. *A priori*, percebe-se que novas técnicas adotadas em setores específicos tendem a ter uma forma vagarosamente incorporada na gestão pública como um todo. Na maioria das vezes, outros setores tomam a dianteira e utilizam métodos e técnicas com os avanços impressionantes das tecnologias nas áreas mundialmente mais significativas: comunicação e transporte. Assim, estes permanecem na dianteira dos governos. Como objetos de estudo neste trabalho temos, O Maior São João do Mundo, realizado durante 2019 na cidade de Campina Grande - PB, e o Bot para informações do COVID-19, criado como sub produto do monitoramento informacional aplicado no Maior São João.

Palavras-chave: Monitoramento Informacional, Segurança Pública, Bot Informacional, Políticas Públicas.

ABSTRACT

This work began in the graduation of Law, which the author, for his profession of State Police had the opportunity to work during his professional life. Use of information in a *stricto sensu* concept is considered one of the concerns of society today. Its incorrect use generates problematic situations in all spheres. The limited view of this problem, probably has its initial phase due to the wide reach of the existing systems. Adopting computational tools - conceived mainly by the exact sciences - it is possible to cross-check the data, analyze it and, later, interpret it so that public agents make decisions. It is possible to act with the use of knowledge systems - specialized software created with the aim of identifying, correlating and suggesting solutions to help decision making by public managers when formulating public policies. The objective of this research is to investigate how Informational Monitoring is being used and can assist in the production of knowledge for decision making, with particular reference to the prevention, control and fight against crime. We opted for the field study, through the observation and data collection procedure. A priori, it is clear that new techniques adopted in specific sectors tend to have a form slowly incorporated into public management as a whole. Most of the time, other sectors take the lead and use methods and techniques with impressive advances in technologies in the most significant areas worldwide: communication and transport. Thus, they remain at the forefront of governments. As objects of study in this work, we have O Maior São João do Mundo, held during 2019 in the city of Campina Grande - PB, and the Bot para informações do COVID-19, created as a by-product of the information monitoring applied in O Maior São João do Mundo.

Keywords: Informational Monitoring, Public Security, Bot, Public Policy

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 - Fluxograma dos Dados ao Conhecimento.....	39
Figura 02 – Dados_COVID_19	51
Figura 03 - API_COVID-19.....	52
Figura 04 - Arquivo JSON.....	53
Figura 05 - Exemplo de Consulta.....	54

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Dados Maior São João do Mundo	47
---	-----------

LISTA DE SIGLAS

ALP	Associação Livre de Palavras
AVI	<i>Audio Video Interleave</i>
CNCG	Conselho Nacional dos Comandantes Gerais das Polícias e Bombeiros Militares
CFRB/88	Constituição Federal da República do Brasil de 1988
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
IPHAEP	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba
IPEA	Instituto Pesquisa Econômica Aplicada
RMCG	Região Metropolitana de Campina Grande
SESI	Serviço Social Da Indústria
SINE	Sistema Nacional de Emprego
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFCG	Universidade Federal de Campina Grande
CNCG	Conselho Nacional dos Comandantes Gerais da Policias e Bombeiros Militares
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MTDP	Modelo de Tomada de Decisão
OMS	Organização Mundial de Saúde
SUS	Sistema Único de Saúde
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Contextualização	17
1.2 Justificativa.....	19
1.2 Contextualização temática e problematização	21
1.3 Objetivos	23
2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	24
2.1 Segurança pública e monitoramento informacional	26
2.2 Vigilância/monitoramento e a perda da privacidade.....	40
2.3 Big data	41
3 CASUÍSTICA	44
3.1 Números do Maior São João do Mundo – 2019	46
3.2 Bot Informacional.....	49
4 METODOLOGIA	55
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
REFERÊNCIAS.....	61
APÊNDICES	64
APÊNDICE A – MAPEAMENTO DE CAMPINA GRANDE	65
APÊNDICE B – MAPEAMENTO DO SÃO JOÃO CAMPINA GRANDE	66
APÊNDICE C – DISPOSIÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA NO PARQUE DO POVO.....	67
APÊNDICE D – REDE DE SENSORES PARQUE DO POVO.....	68
APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES DO SÃO JOÃO....	69
APÊNDICE F – CÓDIGO DIALOGFLOW.....	73
APÊNDICE G – CÓDIGO API.....	84

1 INTRODUÇÃO

Todos os dias nós produzimos dados digitais, parte desses dados são transformados em informação e eventualmente em conhecimento, de forma que, em situações bem específicas, fazendo uso desses dados digitais, é possível que o detentor desses dados faça uso desse conhecimento transformando ele em inteligência. Nesse sentido, a temática abordada nesse trabalho surgiu como uma necessidade de saber se o Monitoramento Informacional, tema abordado na vida profissional¹ e acadêmica² do autor, que foi materializado no trabalho de conclusão de curso de graduação no Centro de Ciências Jurídicas, intitulado “Rede de sensores e segurança pública: breves considerações” é aplicável no contexto do serviço público como um todo.

Para tal, foi feito o acompanhamento da Central de Monitoramento do Maior São João do Mundo, edição 2019, evento que acontece na cidade de Campina Grande - PB e recebe quase 2.000.000 pessoas durante toda a sua execução. Seguindo ainda na temática do monitoramento informacional, dado a situação atípica causada pela pandemia e considerando toda a estrutura e os contatos que foram realizados para o acompanhamento dos festejos juninos, foi também criado um *Bot Informacional* (pág. 44) que tem como objetivo permitir acesso a população no geral sobre informações do COVID-19, informações geradas com base em dados disponíveis de forma aberta nas esferas públicas municipais, estaduais, nacionais e mundiais.

¹ Policial Militar no Estado da Paraíba

² Bacharelado em Ciências Jurídicas na Universidade Federal da Paraíba

1.1 Contextualização

O processo de comunicação é marcado, cada vez mais, pela transmissão de informação. Trata-se de um modelo que se assenta em troca de dados quase que simultânea e na virtualização das relações sociais de usuários. Nesse cenário, cria-se a necessidade do tratamento correto das informações compartilhadas e de uma política de delimitação da vida em rede.

Apesar da vida em rede ser uma realidade do atual modelo social, nem sempre as trocas de informação objetivam a construção ou manutenção das relações sociais. A tecnologia é condição necessária, mas não suficiente, para a emergência de uma nova forma de organização social baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da atividade na base das redes de comunicação digital (CASTELLS; CARDOSO, 2005).

Atualmente, o Estado utiliza-se desse espaço para comunicação, divulgação de informações e, até mesmo, construção de rede de monitoramentos. Ainda assim, essa não é nenhuma ação em especial, como pode parecer à primeira vista, mas um fenômeno globalizado que ganha, cada vez mais, grandes proporções.

Trata-se de um processo multidimensional, mas que está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação, que começaram a tomar forma na atualidade (CASTELLS; CARDOSO, 2005).

O uso adequado da informação, que é quando essa pode trazer benefícios para a sociedade, em um conceito *stricto sensu*, figura como sendo a atual das maiores preocupações da sociedade, desta forma, seu uso de forma incorreta ou negligenciada quase sempre gera situações problemáticas tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. A visão limitada deste problema, a partir da qual se imagina que ele ocorre apenas em países desenvolvidos, provavelmente tem sua fase inicial, em princípio, em decorrência do grande alcance dos meios de comunicação, os quais ajudam a criar e difundir informações de diversos locais, mostrando que os investimentos dos países como o Brasil na utilização correta da construção desses sistemas de geração de informação são maiores.

Neste mesmo panorama, percebemos que a utilização da informação está cada vez mais ligada com a tecnologia. As políticas de criação e o incentivo às novas tecnologias acontecem mais rapidamente nos países com alto desenvolvimento

econômico. Conseqüentemente, a utilização das informações geradas que podem ser usadas na economia e sociedade é bem mais rápida e efetiva.

Existe grande preocupação com o uso de tecnologias da informação e comunicação (TIC), pois, de posse delas, é possível garantir a perpetuação ou gerar um diferencial competitivo no domínio do mercado e a supremacia de uma força política. Ademais, são frequentes os casos noticiados pela mídia em que grupos e pessoas se utilizam desse recurso para a prática de crimes.

Logo, a proteção social necessita do uso adequado da informação, desde o momento em que é gerada até quando usada, e isso implica no desenvolvimento de meios mais inovadores de atuar frente ao problema, tanto interna quanto externamente. Ainda neste contexto, surgem, na sociedade, pessoas que se preocupam com a geração dessas informações. Esta sociedade é denominada por estudiosos como sociedade da informação, a qual é constituída por indivíduos, empresas e Estado operando num campo local, nacional e internacional (CASTELLS; CARDOSO, 2005).

No âmbito do setor público, muitos órgãos governamentais possuem sistemas transacionais que processam dados e informações durante 24 horas por dia, sendo que a grande maioria não é utilizada para planejar as ações nas mais diversas áreas de conhecimento da atuação do serviço público. Os softwares, em grande parte, geram informações que ficam esquecidas em seus bancos de dados, uma verdadeira mina de dados com valor inestimável.

Ao longo do tempo e com os avanços da tecnologia, os critérios de gestão adotados no passado pelas instituições ou gestores foram obrigados a migrar gradativamente para outros padrões mais recentes, em razão da consolidação da era da informação. Cada vez mais, tal conhecimento está se consolidando em nossa sociedade, que se volta aos grandes fluxos de informação, principalmente pelos veículos da Internet. Isto fez com que um grande volume de informações fosse gerado nas instituições.

Ao adotar ferramentas computacionais, concebidas principalmente pelas ciências exatas, é possível realizar o cruzamento das informações presentes nas diversas bases de dados estatais, realizando, assim, análises das informações e posteriormente possibilitando a interpretação pelos agentes públicos tomadores de decisões. Da mesma forma, atuar com uso de sistemas de conhecimento, softwares especialistas, criados com o intuito de identificar, relacionar e sugerir soluções para

ajudar na tomada de decisão dos gestores públicos na formulação de políticas públicas.

Nesta perspectiva, pretende-se verificar como a Integração de Redes de Sensores pode auxiliar um processo de operação entre as estruturas de governo e de que maneira um modelo de gestão do conhecimento pode ser desenvolvido e implementado para a segurança pública compartilhar suas informações entre instituições e esferas de governo. Cabe a nós, pesquisadores, elaborar as melhores alternativas possíveis para atingir os objetivos almejados em gestão do conhecimento na segurança pública, a fim de que os gestores possam alcançar uma sociedade justa onde seja possível atender a população na medida de sua necessidade e conseqüentemente melhor.

1.2 Justificativa

A utilização de informações das áreas de governo é essencial para subsidiar a tomada correta de decisões pelos entes públicos, configurando uma maneira eficiente no intuito de resolver o problema que for apresentado, eficaz em resolver da melhor forma possível e efetiva condensando a eficiência e eficácia. Todavia, as informações necessitam ser geradas de forma confiável, do contrário, o administrador terá dados não fiéis à realidade, impedindo a sua sustentação para delinear as táticas e estratégias basilares para que tenha êxito em seu mister.

Sistemas para apoio a tomada de decisão devem ser utilizados por diversos segmentos da esfera pública e privada, porém, o uso por parte da maioria dos órgãos públicos, quando acontece, ainda é de forma muito inicial e amadora, o que acontece em decorrência da dificuldade de acompanhar os avanços tecnológicos relativos à gestão da administração.

Com exceção de alguns setores públicos como o de fiscalização de tributos, que tradicionalmente foca na eficiência e utiliza as tecnologias e teorias mais recentes para estar em constante adaptação, as demais gestões governamentais são mais tradicionais na forma de atuar com o uso da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC).

A priori, percebe-se que novas técnicas adotadas em setores específicos do poder público tendem a ter uma forma vagarosamente incorporada na gestão pública como um todo. Na grande maioria das vezes, grupos criminosos tomam a dianteira e

utilizam métodos e técnicas com os avanços impressionantes das tecnologias nas áreas mundialmente mais significativas, isto é, comunicação e transporte conforme o pensamento do Rafael Alcadipani³. Assim, acabam permanecendo na dianteira dos governos ao utilizar técnicas avançadas de gerenciamento, controle de produção e distribuição de dados.

É possível perceber que há um abismo na forma de utilização das tecnologias existentes. Evidencia-se, portanto, a necessidade de investir no desenvolvimento de outras ferramentas tecnológicas para incorporar as melhores práticas em toda a administração pública, as quais, sendo bem implementadas, poderiam implicar no aumento da eficiência do serviço público no geral.

O investimento na pesquisa e no desenvolvimento é tido por muitos agentes públicos como gasto e não investimento, deixando este papel importante para um pequeno segmento do poder público. Isto se dá, em especial, pelo fato de estes investimentos possuírem um prazo maior para maturação, ou seja, necessitam de médio ou longo prazo para frutificarem e, na maioria das vezes, parecem um gasto sem retorno.

Por outro lado, a estrutura de mundo em rede trouxe consigo uma grande difusão das tecnologias, que saem das economias de centro para as economias periféricas, gerando um aumento no fluxo de informações e fornecimento de conhecimento para as diversas partes do globo.

Em exemplo podemos citar a criação do *Jimmy Felipe Bot* uma rotina automatizada, criada para informar a população, em especial da Paraíba sobre dados referentes a o COVID-19 que será detalhada nos capítulos posteriores.

Todavia, este compartilhamento das tecnologias tem sido castrado pela burocratização exacerbada das instituições, que, por um misto de medo, comodidade e, por vezes, má intenção de seus gestores e agentes, deixam de usufruir as benesses dos avanços da tecnologia, criando critérios de repulsa quanto à modernização. De toda forma, não adianta ter um *Big Data* se o órgão não possui nenhuma forma de trabalho consistente e consciente para que seja possível utilizar essas informações de maneira tática e estratégica.

O desenvolvimento dos países está condicionado à capacidade de geração de dados, informações, conhecimento e inteligências precisas e corretas para a

³<https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/novas-tecnologias-e-a-criminalidade-o-crime-do-futuro-e-a-policia-do-passado/>

tomada de decisão. Nos projetos de políticas públicas, ou privadas, há um consenso sobre a importância estratégica das inteligências produzidas. No entanto, pode ocorrer um problema com a geração de um número muito grande de dados, já que a utilização desse montante de dados, sem os cuidados devidos no armazenamento, inviabiliza o acesso e seu não aproveitamento posterior.

1.2 Contextualização temática e problematização

O escopo desta dissertação se enquadra perfeitamente na área de concentração de desenvolvimento regional, mais precisamente dentro da linha de pesquisa de Estado, Planejamento, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Seu foco canaliza esforços na multidisciplinaridade das áreas de gestão pública, planejamento, e desenvolvimento regional. Em linhas gerais, também verifica os crescentes processos participativos na criação, formulação, implementação, monitoramento, execução e avaliação de políticas públicas, pautados em diversos modelos de exercício da cidadania e sustentabilidade.

Acredita-se que o governo apenas consiga dispor à sociedade um serviço de qualidade se for por meio de planejamento eficiente e análise criteriosa dos problemas encontrados nas diversas áreas das esferas públicas. A utilização das informações de forma precisa é um dos desafios a serem transpostos, e as inter e intra relações dos órgãos governamentais são alguns destes desafios para o governo na era da informação.

Entretanto, este desafio pode ser resolvido mais facilmente através da interoperabilidade dos sistemas e dos dados das instituições e com as ferramentas que existem e podem fornecer para explicitação do conhecimento, se configurando uma gestão do conhecimento de qualidade. Desta forma, os métodos e técnicas aliados aos procedimentos administrativos de gestão possibilitam uma melhora na prestação de serviço e uma gestão pública mais salutar para sociedade. Assim, a aderência à linha de pesquisa é demonstrada, pois a preocupação da pesquisa deve ser também a de trazer retornos sociais substanciais.

Observando a problemática apresentada, com o uso frequente de serviços computadorizados pelos governos, constata-se que existem várias iniciativas, embora ainda de forma elementar e isolada, a exemplo da utilização do eGov, que

vai além de instalar câmeras pela cidade e fornecer internet para os cidadãos, recando na exploração de uma gama de possibilidades ainda não visualizadas.

Entretanto, antes de usufruir dos benefícios advindos da era da informação para o público externo, o ente governamental necessita somar esforço com intuito de ampliar os conhecimentos e serviços acerca das tecnologias existentes, a fim de criar mecanismos que atendam o conceito de sustentabilidade, primando pela efetividade de suas organizações.

Admite-se, dessa forma, que o governo federal tem papel central nesse processo dentro das instituições federais e deve ser o principal órgão fomentador para os estados e municípios. A utilização das TICs, portanto, ajuda em inúmeras áreas da esfera pública.

Este trabalho foca na apresentação dos conceitos envolvidos na Integração de Redes de Sensores como uma ferramenta para gerar dados, informações, conhecimento e inteligência, e que podem ser aplicadas no eGov com auxílio das TICs em áreas de atuação governamental, dentre elas, a segurança pública.

O uso da tecnologia da informação pode ser um elemento essencial para mitigar problemas sociais, a exemplo da violência, que tem se apresentado como um dos mais relevantes nos últimos tempos, sendo a tecnologia uma forma mais engenhosa de combater este mal que aflige a sociedade, de forma cada vez mais intensa.

Assim, o uso da *Integração de Rede de Sensores* pode ser um elemento importante para produção de conhecimento e formulação de estratégias de prevenção, controle e combate à criminalidade, criando um sistema de monitoramento informacional, nestes novos tempos da sociedade voltada para dados, informação, conhecimento e inteligência. Todavia, para que isso vire realidade, é necessário investir de forma responsável em pesquisa para utilizar a tecnologia como aliada, fazendo com que haja planejamento nas ações e resultando em aumento da eficiência no combate à criminalidade.

Considerando todo o acima exposto, uma questão se evidencia: Como a implantação do conceito de *Integração de Redes de Sensores* e do Monitoramento Informacional pode dar suporte à produção de dados, informação, conhecimento e inteligência na tomada de decisão das autoridades na esfera pública para prevenção, controle e combate da criminalidade?

1.3 Objetivos

Investigar como a Integração como o Monitoramento Informacional está sendo usado e como pode auxiliar na produção de conhecimento para tomada de decisão dos agentes públicos de segurança, com particular referência à prevenção, controle e combate da criminalidade.

Como objetivos específicos:

- I. Apresentar o papel de dados, informação, conhecimento e inteligência como insumo para tomada de decisão;
- II. Expor os métodos e técnicas para compor modelos de Monitoramento Informacional;
- III. Observar a estrutura e detalhar o modelo aplicado que subsidiou a tomada de decisão dos gestores de segurança pública.

2 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

O paradigma da Tecnologia da Informação na sociedade moderna encontra no economista Fritz Machlup figura como um dos primeiros autores a referir o conceito de Sociedade da Informação (SI) no livro publicado em 1962, *The Production and Distribution of Knowledge in the United States*. Todavia, o desenvolvimento do conceito é creditado a outro autor, Peter Drucker, em seu bestseller *The Age of Discontinuity*, que fala pela primeira vez numa sociedade pós industrial em que o poder da economia, segundo o autor, teria evoluído da agricultura para a indústria e, desta, para os serviços - estava agora assente num novo bem precioso: a informação (CRAWFORD, 1983)

É subjacente ao conceito de SI o de uma sociedade inserida num processo de mudança constante, fruto dos avanços na ciência e na tecnologia. Tal como a imprensa revolucionou a forma como aprendemos, através da disseminação da leitura e da escrita nos materiais impressos, o despoletar das tecnologias da informação e comunicação tornou possíveis novas formas de acesso e distribuição do conhecimento (OLSON, 1994).

Uma nova realidade que exige dos indivíduos competências e habilidades para lidar com a informatização do saber que tornou muito mais acessíveis (...), mais horizontais e menos selectivos a produção e o acesso ao conhecimento (POZO, 2004). É neste contexto que autores como Castells (2002), Levy (1996), Postman (1992), entre outros, anunciam e fundamentam o aparecimento de uma nova sociedade, "A Sociedade da Informação", também denominada de "terceira onda" por Toffler (2002).

Quanto ao debate a cerca de sociedade da tecnologia e informação, para Webster (1995) é possível dividir o debate sobre a "sociedade da informação" em duas grandes correntes: a primeira, constituída pelos teóricos defensores do pós-industrialismo (Daniel Bell), pós-modernismo (Jean Baudrillard, Mark Poster), especialização flexível (Michel Piore) e do modo informacional de desenvolvimento (Manuel Castells), que acreditam que este novo modelo marca o surgimento de uma nova ordem social que tem como característica básica a circulação e modificação das informações de uma forma nunca antes imaginada, significando uma total ruptura com o passado.

A segunda, que compreende os neomarxistas (Herbert Schiller), os defensores da teoria da regulação e da acumulação flexível (Aglietta, David Harvey), do estado nacional e a violência (Anthony Giddens) e da esfera pública (Habermas) que têm em comum o fato de acreditarem, embora reconhecendo que, de fato, a concepção, manipulação e utilização da informação nas diversas atividades e esferas humanas atingiram patamares incomparáveis, que a nova ordem social representa um processo contínuo e evolutivo da sociedade.

As tecnologias de comunicação são ferramentas importantes para moldar o comportamento e o desenvolvimento da sociedade. A chamada Sociedade da Informação e Conhecimento, expressão criada para referir-se aos objetos tecnológicos capazes de transmitir a mesma informação para um público amplo, passou por diversas metamorfoses ao longo do tempo, impulsionadas pela criação de novos adventos tecnológicos (SILVA, 2017). Deixou de se referir apenas ao rádio, cinema e televisão, passando a ter um novo significado, que compreende uma organização social na qual a gestão, o processamento e a transmissão de informações tornam-se as fontes fundamentais de produção e de poder, devido às novas condições tecnológicas surgidas nesse período histórico (REZENDE, 2014).

As recentes transformações sociais ocasionadas pelos avanços tecnológicos contribuíram para uma verdadeira revolução nas relações sociais, alimentadas pelas maiores possibilidades de interações oferecidas pelas redes sociais e, em especial, pelos sites de relacionamentos e aplicativos de trocas de mensagens instantâneas (LEITE, 2016).

Por outro lado, ao passo em que a sociedade em rede constitui um importante meio de transmissão de informações com o intuito de educar e democratizar, surgem questionamentos direcionados ao potencial que as mídias sociais têm de criar condições manipulativas e gerar tendências nas preferências e opiniões da população sobre determinado tema (SILVEIRA, 2016).

Ademais, o uso indiscriminado de tais ferramentas tecnológicas tem provocado abusos. Diariamente são noticiados casos de ofensas, agressões, fraudes, divulgação de informações sigilosas, violação à privacidade, nome, honra e imagem praticados por intermédio de ações em redes sociais. Esses fatos demonstram a influência das redes sociais nas relações modernas, a dimensão imprevisível que tais ferramentas podem assumir e a vulnerabilidade à qual todos podem estar sujeitos (SILVA, 2017).

Tendo em vista as consequências que tais práticas podem trazer à sociedade e a quem divulga informações em redes sociais, há necessidade de se estabelecer limites na liberdade de manifestação de pensamento por meio de redes sociais em face do direito à reputação das pessoas.

As Tecnologias da Informação e da Comunicação estão, portanto, reconfigurando a noção de exclusão e analfabetismo digital. Estudiosos como Buzato (2003) tentam caracterizar uma das peculiaridades dessa nova dinâmica com o termo Letramento Eletrônico, também chamado de Letramento Digital, definindo-o como “o conjunto de conhecimentos que permite às pessoas participarem nas práticas letradas mediadas por computadores e outros dispositivos eletrônicos no mundo contemporâneo”, enquanto a alfabetização eletrônica estaria relacionada apenas à codificação e decodificação da mensagem digital.

Dessa maneira, a prática envolvendo o Letramento Eletrônico ou Digital envolve o desenvolvimento de habilidade para construir sentidos a partir de linguagens diversas que envolvem o universo digital, a exemplo de recursos audiovisuais, iconográficos, hipertextuais e interativos, de modo que exista propriedade e segurança em suas práticas cotidianas mediadas pelo computador, articulando, nesse processo de construção, a competência para selecionar, analisar criticamente e publicar informações através dos meios informacionais.

2.1 Segurança pública e monitoramento informacional

A temática da Segurança Pública no Brasil é bastante discutida em diversas searas, sendo complexo entender a realidade deste setor por envolver não apenas o viés político na discussão, mas, principalmente, por abranger questões sociais.

A Polícia Militar apresenta-se, hodiernamente, como um meio de promoção de policiamento ostensivo, previsto constitucionalmente, no artigo 144 da Carta Magna.

Nesse contexto se inicia a Segurança Pública no Brasil, a partir das Instituições Policiais, quando a população ainda estava concentrada na zona rural e as cidades ainda eram pequenas vilas, A história da Polícia no Brasil é sinalizada por uma herança autoritária e escravista, podendo ser observada por uma simples operação policial, nas abordagens diferenciadas de acordo com a tipificação social a qual pertence.

A necessidade da segurança pública foi sendo construída ao longo do tempo. Contudo, existia o pleito de restabelecimento da ordem quebrada, o que gerava uma falsa sensação de segurança pela forma autoritária exercida. Leciona Castro (2011):

Com o chamado “êxodo rural”, saída da população para as cidades em busca de melhores oportunidades diante das dificuldades enfrentadas na zona rural, o crescimento demasiado e desordenado aliados a uma má distribuição de renda, como também uma sensação de impunidade em decorrência da ineficiência do dever de punir do Estado, fez crescer a violência, tomando grandes proporções, sendo impossível controlá-la com o a repressão utilizada antigamente (CASTRO, 2011, p. 530).

Alguns historiadores acreditam que a instituição policial foi instituída com a primeira guarda militar na chegada em solo brasileiro, acompanhando Martin Afonso de Sousa, 1º Governador Geral da Colônia no início do século XVI, de acordo com a documentação que existe no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530 (CASTRO, 2011).

Por se tratar de uma segurança quase que individual oferecida pelo Estado, o qual estabelecia os direitos daqueles que sofreram abusos ou violações, não havia uma política de segurança pública.

Em uma leitura mais atenta, pode-se identificar no pensamento de Foucault (2008), a polícia é uma instituição tão antiga quanto a própria criação dos Estados Soberanos - não havia uma dissociação muito clara entre as atividades específicas de Estado (administração, economia, etc.) e ações de proteção do território:

Assim, — policia e comércio, polícia e desenvolvimento urbano, polícia e desenvolvimento de todas as atividades de mercado no sentido amplo, tudo isso vai constituir uma unidade a meu ver, essencial no século XVII e até o início do século XVIII. (FOUCAULT, 2008, p. 455).

No que tange ao policiamento, os primeiros modelos de polícia, no Brasil, surgiram, antes mesmo da independência, os quais conhecemos até hoje: a Polícia Militar e a Polícia Civil. As disputas políticas foram essencialmente determinantes para a criação das forças policiais, como também a realidade socioeconômica marcada por uma sociedade extremamente conservadora e fundamentada em bases escravistas.

Em 1808, com a intenção de preservar o abastecimento da Capital Rio de Janeiro e de manutenção da ordem pública do País, foi criada a Intendência-Geral de Polícia da Corte. Sua principal missão era a captura de criminosos e investigações dos crimes cometidos, em especial aos escravos que porventura viessem a fugir. O cargo de desembargador era ocupado pelo Intendente-Geral de polícia, com poderes extremamente abrangentes.

O Intendente-Geral detinha o poder de julgar e punir aquelas pessoas acusadas de delitos menores, além de prender. Tratava-se de um juiz com atribuições policiais. A Intendência-Geral de Polícia da Corte com previsão constitucional, art. 144, § 4º, (BRASIL, 188)deu origem a instituição de Polícia Judiciária, conhecida como Polícia Civil.

É nítido que poucos foram os investimentos nas políticas públicas direcionadas à segurança pública após a redemocratização do Brasil, sendo sempre postergada pelos políticos detentores de poderes. O aumento da criminalidade, aliadas à ineficácia do Estado e da conscientização da sociedade, resultaram no surgimento de uma explosão desorganizada de criminalidade.

A polícia sempre foi vista como uma instituição de repressão, antidemocrática e conservadora. Por outro lado, os Direitos Humanos, de maneira errônea, foram tratados como ideologicamente filiados à esquerda, resquícios do período da Guerra Fria.

Com a integração dos direitos humanos como direito fundamental na criação e desenvolvimento das soberanias internacionais, os setores de segurança pública tiveram que se adaptar ao procedimento complexo de manutenção da ordem, tendo em vista que tradicionalmente as antigas forças de segurança serviam para proteger os interesses de uma classe pequena de cidadãos que detinham o poder em seus territórios.

Porém, mesmo com a introdução dos direitos humanos durante o século XVIII, e a consolidação da importância do Estado na defesa dos direitos de seus cidadãos, nem todas as instituições públicas criadas evoluíram para serem defensoras dos direitos humanos de uma Sociedade. Tem-se como exemplo o Brasil, que, em sua Constituição Federal da República Brasileira de 1988 (CFRB/88), conservou uma estrutura de Segurança Pública não correspondente ao modelo de policiamento adotado por outros países (CASTRO, 2011).

De acordo com o art. 144 da CFRB/88, a Segurança Pública, prevista como um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, deve garantir e preservar a ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio. O que mostra que a manutenção de uma Polícia Militar em tempos de paz é uma realidade do quanto o Brasil está atrasado em relação a uma política de segurança pública.

Nos tempos atuais, a Segurança Pública passou a ser considerada um problema fundamental e um desafio ao Estado Democrático de Direito no Brasil, ganhando maior visibilidade pela sociedade no geral, uma vez que são os indivíduos que mais sofrem com os problemas gerados pela sua ausência.

A matéria é de ordem constitucional, elencada no art. 144 da CFRB/88. Todavia, o Estado deve manter e garantir Segurança Pública, por intermédio das polícias, sendo a Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícias Civis e Corpos de Bombeiros Militares, todas dentro de suas competências. O citado artigo dispõe:

A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (BRASIL, 1988, p.01).

É sabido que é concedido pelo Estado o poder de polícia aos órgãos acima citados, para que cumpram suas determinações com a máxima eficácia possível e com o mínimo de erros. Analisando o exposto, extrai-se que, em matéria de segurança pública, quem tem o monopólio é o Estado, reconhecendo como serviço público garantido por ele.

Porém, define-se a segurança também como responsabilidade de todos, não podendo ser vista apenas como atribuição do Estado, uma vez que a sociedade tem um papel importante não somente na participação e controle das políticas, como também na socialização dos indivíduos, na perpetuação dos mecanismos informais de controle social e de autocontrole, a partir da perspectiva de que não é somente o controle pelo Estado que garante a segurança de todos (VASCONCELOS, 2008).

O Estado, para garantir a ordem pública almejada dentro do contexto da segurança pública, implementa o papel da polícia, que é um órgão governamental presente nos países politicamente organizados. O termo polícia representa um grupo

de pessoas que tem a função de manter ou restabelecer a ordem social do mesmo modo que deve proteger as instituições (MORAIS, 2017)

Destaca-se o papel da polícia judiciária, dentre elas a polícia civil, que atua assegurando a proteção das pessoas e dos bens, tendo como função principal a investigação após a ocorrência de delitos, apurar as infrações penais cometidas por algum indivíduo, produzir o Boletim de Ocorrência, elaborar o inquérito policial, fiscalizar munições e cumprir decisões judiciais, como mandado de prisão, e apresentar o infrator à justiça para que seja atribuída a devida punição (ZACCARIOTTO, 2005).

Como garantia de efetivação e se direcionando para um contexto que leve à pacificação social, garantindo a implementação dos direitos fundamentais ao cidadão, a polícia busca agregar novas maneiras de estabelecer os vínculos com a sociedade, percebendo que tem que caminhar ao lado da sociedade e não à margem dela, fazendo-se necessário o uso de métodos legais diferentes do uso da força, deixando esta de ser o único instrumento de intervenção. Neste ponto entra a utilização dos meios consensuais de resolução de conflitos como a negociação, a conciliação, a mediação e a arbitragem.

Na negociação não há a participação de um terceiro, as pessoas buscam, por elas mesmas, a solução do conflito (autocomposição).

Já na mediação, existe a participação de um terceiro, que não possui poder decisório, seu papel é promover a interação e o diálogo entre as partes, de modo que cada um assuma seu papel ativo na construção de uma solução tida como justa por ambas as partes e que conduza à solução do problema. O mediador não coloca opiniões e sugestões pessoais.

Na conciliação, o conciliador pode manifestar sua opinião, dar sugestões e apontar possíveis soluções para o conflito, no entanto, as partes aceitam se quiserem. Não é uma solução impositiva, e sim a opinião de uma pessoa de fora do conflito, neutra, porém bem informada, diante da situação conflituosa.

Por fim, na arbitragem, as partes escolhem um árbitro para resolver o conflito. O árbitro, ao contrário do que acontece na mediação e na conciliação, é quem tem o poder de decisão e não as pessoas envolvidas no conflito (VASCONCELOS, 2008).

Tomando as palavras de Bacellar (2012):

As técnicas de um modelo consensual, como as da mediação, possibilitam a investigação dos verdadeiros interesses e conduzem à identificação diferenciada: uma coisa é o “conflito processado”; outra o “conflito real”. Portanto, com a mediação, é possível o conhecimento global da causa e a resolução integral do conflito, preservando-se o relacionamento entre os litigantes. (BACELLAR, 2012).

Assim, destaca-se como um dos meios consensuais na resolução dos conflitos a mediação, principalmente quando recai em um ambiente como uma Delegacia de Polícia, fato que tem que se adequar aos tipos de delitos como as ocorrências referentes aos direitos disponíveis relacionadas a acidente de trânsito com danos materiais, ameaça, injúria, calúnia, difamação, danos ao patrimônio privado, desacordo comercial, extravio de documentos, perturbação do sossego (MORAIS, 2017).

Atualmente, pode-se ter uma visão divergente do entendimento tradicional do que se conhece por segurança, segundo o qual seja a segurança pauta somente o que diz respeito à proteção contra ameaças de outras comunidades políticas, em outras palavras, a defesa externa. Modernamente, com a evolução das sociedades ao redor do mundo, em que se aprofundou a interdependência entre os Estados, novas exigências foram agregadas. Assim, ampliou-se o conceito de segurança, abrangendo, dessa forma, os campos políticos, militar econômico, psicossocial, científico-tecnológico, dentre outros.

Como se pode ver, o conceito foi ampliado de tal forma, que o tornou quase abstrato, requerendo que, para o alcance efetivo da segurança, deve-se envolver, além da defesa externa, a defesa civil, a segurança pública e as políticas econômica, educacional, científico-tecnológica, ambiental, de saúde, industrial, etc.

Portanto, a ideia inicial de que as Forças Armadas estariam com a responsabilidade de aplicar a Política Nacional de Defesa, ficando incumbida de agir para garantir a segurança nacional contra possíveis conflitos externos não mais se aplica, pois, no entendimento atual, poderá não implicar qualquer envolvimento das Forças Armadas.

Vale ressaltar que a segurança pode estar sendo estudada, enfocada, por diferentes sujeitos, como os indivíduos, a sociedade e o Estado, sendo inevitável o surgimento de discrepâncias na interpretação do que seria a real segurança e como alcançá-la.

A segurança, em linhas amplas, é a condição na qual o Estado, em conjunto com a sociedade ou os indivíduos, têm a sensação de que estão distantes e livres de riscos, pressões ou ameaças, inclusive das necessidades externas. Em contraponto, quanto à defesa, tem-se o entendimento de que é a ação efetiva para que se obtenha ou mantenha o grau de segurança almejado.

De acordo com o entendimento da Política Nacional de Defesa, os conceitos são os seguintes:

Segurança é a condição que permite ao País preservar sua soberania e integridade territorial, promover seus interesses nacionais, livre de pressões e ameaças, e garantir aos cidadãos o exercício de seus direitos e deveres constitucionais; e Defesa Nacional é o conjunto de medidas e ações do Estado, com ênfase no campo militar, visando a proteção do território, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças externas, potenciais ou manifestas (BRASIL, 1962, p. 01).

Após o advento da globalização, houve uma interdependência crescente dos países, causada pela revolução tecnológica e a expansão do comércio internacional, havendo maior quantidade de fluxos de capitais, tendo como principal consequência um avanço para uma parcela significativa da humanidade, em questão de qualidade de vida.

Por outro lado, o cotidiano dos profissionais de segurança pública é marcado por desgastes psicológicos, tais como ocorrências traumáticas, condições de ambientação e alojamento precários, pressões pelo atingimento de metas, estar submetido a uma jornada de trabalho extenuante, falta de condições adequadas ao desenvolvimento de suas ações.

O trabalho policial pode ser definido como aquele correspondente ao monopólio do uso da força pelo Estado – seja no plano fático, seja enquanto possibilidade coercitiva – poderia ser substituído, com vantagem, pela idéia de que cabe à polícia “proteger as pessoas” ou “assegurar a todos o exercício dos seus direitos elementares”. Entre esses direitos estariam o direito à vida, à integridade física, à liberdade de opinião e à propriedade. Missões para as quais, como se sabe, é preciso, eventualmente, empregar a força ou deixar claro que se poderá empregá-la. Em vez de uma definição a partir do poder concedido à autoridade policial, teríamos, então, uma definição a partir daquilo que se espera que a polícia faça. Uma definição desse tipo tornaria possível que o papel da polícia fosse percebido como mais importante ainda e, ao mesmo tempo, projetaria uma moldura na qual a noção de direito é destacada. (ROLIM, 2006, p. 28)

Além disso, há o risco inerente à sua atividade laboral, fatores definidos por Marras e Veloso (2012), como elementares de um processo ou resultado deste, compreendendo as reações biológicas e psicológicas capazes de acionar células estressoras. Ainda, neste sentido, deve ser considerado que esta categoria profissional está à “mercê de inúmeras situações que conduzem ao estresse, principalmente em função dos riscos provenientes das atividades de rotina” (COSTA et al., 2007).

Impende observar a realidade da violência no estado da Paraíba, posto que se avolumam, sistematicamente, assaltos a bancos e caixas eletrônicos através do uso de explosivos e aparatos de grande eficiência combativa, deixando a população em situação de pânico e a própria polícia, em situação de perplexidade.

O acompanhamento psicológico dos policiais militares, oferecido após enfrentamento de risco, surge como uma medida institucional para se minimizar os impactos resultantes destas situações de elevado nível de estresse, podendo-se evitar consequências traumáticas, tais como absenteísmo do serviço operacional, transtorno pós-traumático e até mesmo suicídio, entre outros (SILVEIRA; SOUZA, 2014).

O abalo emocional decorrente de situações de confronto interfere não apenas profissionalmente, como também, no cotidiano pessoal desses profissionais. Ora, o fato de ser inerente ao policial militar a assimilação do rigorismo da cultura militar, não o torna um cidadão desprovido de emoções ou impassível ao sofrimento, idílios estes que, durante muito tempo, como bem pontuado por Sandes (2013), se perpetraram como elementos marcantes da profissão militar, e em decorrência disto, muitos homens e mulheres escondem suas sensações por receio de se mostrarem, com isso, incompatíveis com sua função, utilizando como mecanismo de escape o envolvimento com álcool, remédios ou drogas, perseguindo um perigoso caminho apenas por receio de lidar de forma médica responsável com os seus medos e traumas.

Contudo, no ambiente militar, marcado pela ostensividade e pelo risco exacerbado da profissão, o trabalho psicológico não deve ficar restrito a uma fase do processo seletivo para ingresso na corporação, devendo ser possibilitado um acompanhamento contínuo, especialmente, porque muitas são as atuais situações de iminência de risco à própria vida, de civis e militares, em virtude das constantes

situações emergenciais de combate à criminalidade, especialmente armada e com poderio de fogo, disposta a confrontos violentos.

Neste sentido, Mendes (2013) afirma que os policiais são seres humanos comuns e se encontram extremamente vulneráveis ao ambiente que os cercam e podem vir a apresentar, diante de um evento emergencial, uma postura destoante com a esperada, razão pela qual o acompanhamento psicológico nas instituições policiais propicia segurança para os próprios policiais, seus dependentes e toda a sociedade.

Nos tempos atuais, a Segurança Pública passou a ser considerada um problema fundamental e um desafio ao Estado Democrático de Direito no Brasil, ganhando maior visibilidade pela sociedade no geral, uma vez que são os indivíduos que mais sofrem com os problemas gerado pela sua ausência. Trata-se de uma atividade estatal, voltada à preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, tendo a ordem pública como seu referencial (MOREIRA NETO, 2001).

A ausência de uma instituição policial profissional e dedicada exclusivamente às funções de segurança pública explica-se, no mais, pelo fato de que o próprio conceito de “segurança pública” não faria qualquer sentido para além da idéia de “manutenção da paz” em sociedades onde as funções de persecução e a própria aplicação da justiça criminal eram, normalmente, consideradas questões “privadas”. Nesse tipo de organização social, imaginava-se que era um direito e um dever das próprias vítimas obterem as devidas reparações e, não raramente, aplicar as punições. Nesses casos, a simples intervenção do Estado apareceria como uma intromissão indevida. (ROLIM, 2006, p. 24).

No início, quando a população ainda se encontrava concentrada em sua maioria nos campos, enquanto que as cidades eram pequenos vilarejos, não existiam grande índices de violência, tampouco a necessidade de se realizar políticas de segurança pública, sendo feito apenas o estabelecimento da ordem, quando esta fosse quebrada (SILVA, 2008).

Com o passar do tempo, o êxodo rural provocado pela procura de melhores condições de vida nos centros urbanos veio acompanhado da banalização da violência e de índices crescentes de criminalidade e atos bárbaros, passando a fazer parte da rotina das grandes cidades (HELOU, 2008). De acordo com GARLAND (2008),

A matéria de segurança ganhou uma enorme vitrine internacional, diante de sua prioridade. O aumento nos índices de violência social, passou chamar atenção dos governantes, se tornando obstáculos de gestão, tendo potencial de levar o estado até uma drástica situação de caos e calamidade na administração pública, fazendo o estado direcionar uma enorme quantidade de recursos públicos na tentativa de gerir o controle social de maneira a garantir uma maior sensação de proteção (GARLAND, 2008, p. 12).

A segurança pública apresenta conceito amplo, não estando limitado ao combate à criminalidade ou atividade policial. Consiste no dever de atuação do Estado para que os cidadãos possam conviver bem em sociedade, estando protegidos dos riscos aos quais estão expostos (SANTOS, 2018).

Como pode ser observada, a área da segurança pública é diretamente afetada pela falta de investimento do Estado em políticas sociais verdadeiramente eficazes, de maneira que o investimento exclusivo na área de segurança apresentasse insuficiente para atender o mínimo necessário para a garantia de uma segurança pública com qualidade.

Os avanços tecnológicos, em especial na área da informação, tendo como ferramentas principais os satélites, o sensoriamento eletrônico e aperfeiçoamentos tecnológicos que possibilitaram maior eficiência à atuação no âmbito administrativo e militar, sobretudo para aqueles países que destinaram maiores quantidades de recursos financeiros à Defesa. Todavia, trouxe também novas vulnerabilidades, guerra cibernética e, para prevenir desse problemática insurgente, devem-se investir recursos do Estado em setores de tecnologia avançada.

De acordo com Lima (2013),

A problemática da segurança pública interliga um encadeamento de ações públicas e políticas específicas, englobando assim presença territorial, garantia de direitos e ordem pública, atuação policial de forma geral, controle do sistema carcerário, bem como busca de proximidade à comunidade, e assim por diante (LIMA, 2013, p.147).

Conforme Gregori (1998),

Seria simplista imaginar que a segurança pública depende apenas das corporações policiais; pode-se dizer que elas apresentam apenas uma metade da questão, enquanto a outra metade depende de fatores os variados: educacionais, sociais, econômicos, culturais. E é exatamente o manejo eficiente dessa complexidade que vai assegurar aos países em bom nível de segurança pública (GREGORI, 1998, p. 11).

A definição de Segurança Pública que envolve inteligência e tecnologia encontra no pensamento de Helou (2008), um conceito em que a segurança pública apresenta duas concepções: o aspecto clássico e o aspecto moderno. A segurança pública de início era função predominantemente do Estado, vista como um elemento negativo, devendo este sempre intervir para restabelecer a segurança entre seus cidadãos. Este tipo de segurança prestada era quase que de forma individual, uma verdadeira política de segurança ou programas de prevenção praticamente não existia.

No que diz respeito ao aspecto moderno, a segurança pública continua sendo dever do Estado, mas de responsabilidade de todos os membros da sociedade, de maneira que cada cidadão é responsável pela segurança de todos (JUCÁ, 2002).

O jusnaturalismo sustenta-se sobre a existência de um Direito natural, o qual se fundamenta em diversos valores e pretensões humanas que não são decorrentes de uma norma estatal. Sua validade decorre dele mesmo, independentemente do direito positivo (HELOU, 2008).

O direito natural garante a liberdade de agir, a saúde e incolumidade física, mental e material, e permite todos os meios de manutenção desse estado, e com a vedação da autotutela, passa o Estado a ter a obrigação de garantir esse *status quo* (HELOU, 2008).

Assim, conclui-se que o direito à segurança é inerente ao homem enquanto homem, e não depende de nenhuma norma para que lhe seja deferido. Na antiguidade, esse direito era garantido de forma individual por cada um. Mas, tendo em vista a evolução do Estado e a concretização do Estado de Direito, esse trouxe para si a responsabilidade de garantir a segurança da sociedade, retirando da esfera individual de cada cidadão (SILVA, 2008).

Na atualidade, a segurança pública está enquadrada no rol dos direitos fundamentais. De início, os direitos fundamentais tinham como finalidade limitar o poder do Estado, dando maior liberdade aos cidadãos para que pudessem agir individualmente. Hoje, vê-se a possibilidade de o direito fundamental atrelar as ações estatais com a finalidade de garantir aos cidadãos o exercício de um direito ou a garantia de um direito constitucionalmente assegurado (MENDES, 2004).

Uma política eficiente e que atue de forma eficaz em relação à segurança pública representa mais que a efetivação ao direito à segurança, representa também uma garantia ao direito à vida, ao lazer, à saúde (física e mental), sendo assim o

meio pelo qual se pode implementar o direito a uma vida digna para as pessoas (HELOU, 2008).

A política de segurança pública é caracterizada como uma política pública se nela existir uma série de propostas que tenham por finalidade tratar dos interesses públicos e da organização da vida social. Trata-se de um conjunto de programas, estratégias, medidas e ações que têm a função de promover a manutenção da ordem pública no que diz respeito à criminalidade, como, por exemplo, a violência e a falta de segurança para a sociedade (PASCHOAL, 2014).

De acordo com Filocre (2009),

Por mais estranho que possa parecer, o objetivo principal da política de segurança pública não é exatamente a redução da criminalidade ou da violência, mas sim a compatibilização da criminalidade com a estabilidade social, a manutenção da ordem pública, ou seja, atingir essa estabilidade de modo que respeite os direitos e deveres de todos os cidadãos, ao mesmo tempo que se faça uma política eficaz (FILOCRE, 2009, p. 148).

A política de segurança pública diz respeito às atividades e ações policiais, de maneira que a política pública de segurança engloba ações governamentais ou não, que atuam e causam impactos diretos e indiretos na questão da violência (OLIVEIRA, 2002).

Para Filocre (2009),

Na política pública de segurança, há diversos elementos que agregam o seu conceito, tais como as ações policiais e políticas de ordem social, desde que voltadas ao âmbito da manutenção da ordem pública. Há programas de cunho social que tem por objetivo, complementar as ações repressivas e preventivas no combate à criminalidade, como é o caso da Bolsa Formação que tem o intuito de incentivar a profissionalização de cursos oferecidos pelo estado, ao mesmo tempo, que proporciona por meio da Bolsa um complemento de renda. A rigor, para que seja uma política de segurança pública, a política social deve ter foco específico na criminalidade, compromissada com a manutenção da ordem pública. (FILOCRE, 2009, p. 149).

Conforme já dito alhures, no ordenamento jurídico pátrio, a Constituição CFRB/88 traz a matéria elencada em seu art. 144, que dispõe que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Ainda neste artigo, o constituinte originário destaca que sua consecução,

primordialmente deve ser garantida pela - polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; polícias militares e corpos de bombeiros militares.

Diante de uma realidade social tomada pela insegurança, foi criado o Ministério Extraordinário da Segurança Pública, através da Medida Provisória 821/2018, convertida na Lei 13.690, 10 DE JULHO 2018, que estabelece que órgãos federais de policiamento ficarão sob a jurisdição do novo ministério, criado a partir da divisão da pasta da Justiça: polícias federal, rodoviária federal e ferroviária federal (SENADO, 2018). Vindo posteriormente a retornar e ser reintegrado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública no ano de 2019.

Trata-se de uma instituição de caráter temerário cujo objetivo é coordenar a integração com os outros entes federativos (Distrito Federal, estados e municípios) nessa área, além de planejar e administrar a política penitenciária nacional (SENADO, 2018). A citada Medida Provisória ainda traz a criação do Instituto Nacional de Estudos sobre Segurança Pública (INESP), com a finalidade de fazer estudos contínuos sobre o quadro de segurança pública no Brasil.

No começo do Governo de Jair Messias Bolsonaro (2019), houve uma redução do número de ministérios, uma das primeiras medidas de seu governo e promessa de campanha, foi nesse sentido.

Em edição extra do Diário Oficial da União, 1 de janeiro de 2019, foi publicado o decreto que trata da vinculação das entidades da administração pública federal indireta. Além da diminuição, foram também feitas fusões ministeriais, a exemplo do Ministério da Economia, resultante da fusão das pastas de Fazenda, Planejamento, Trabalho e Indústria e Comércio.

Nessa esteira, houve também a cisão do Ministério da Justiça e do Ministério da Segurança Pública. Todavia, posteriormente voltou a ser chamado de Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A necessidade de se adaptar à nova realidade mundial de competitividade tem levado as organizações a repensar quais fatores que efetivamente garantem a excelência na prestação de seus serviços. A visão estratégica das suas ações, os modelos escolhidos e a qualidade do capital humano passam a ser encarados como diferenciais competitivos para a continuidade das organizações.

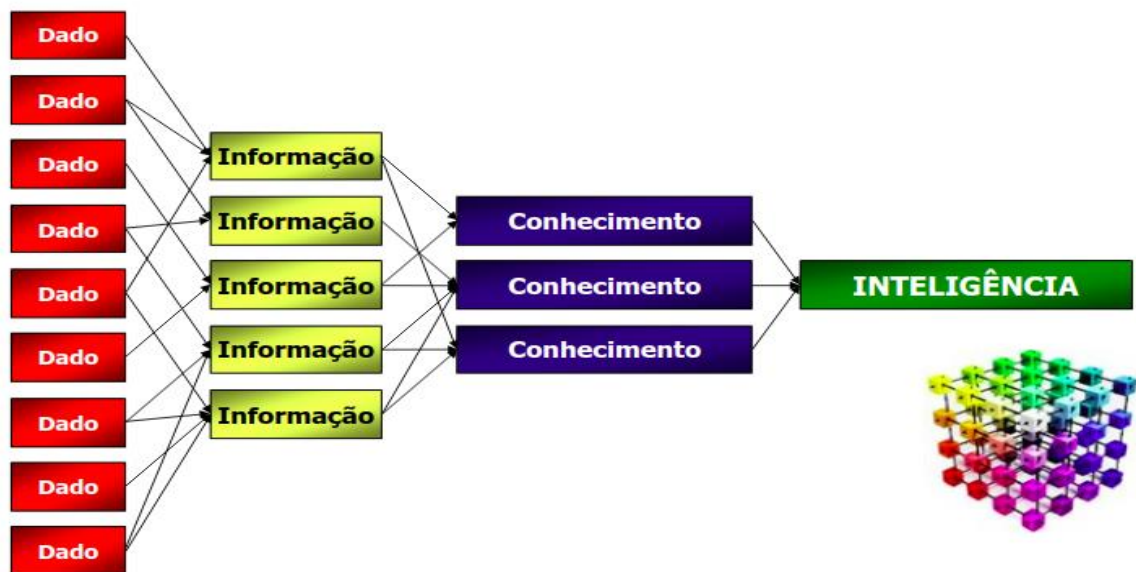
No Brasil, as organizações vêm enfrentando um dos seus maiores desafios: acompanhar as mudanças e transformações tecnológicas, não sendo diferente no ambiente da segurança pública.

No âmbito da segurança pública, ainda é comum verificar a coleta de informações sendo realizada com uso de modelos pré-impressos e até mesmo máquinas de datilografar.

A estabilidade do setor público acaba trazendo uma certa confiança excessiva e provoca no servidor um sentimento de não necessidade de atualização de suas competências. Por esse motivo, se faz necessário automatizar o máximo possível dos procedimentos para que o setor público, em especial a segurança pública, consiga acompanhar os avanços tecnológicos.

A utilização de ferramentas informacionais para a segurança pública é algo relativamente novo. O engessamento causado pela burocracia do setor público acaba por impelir que os órgãos e instituições necessitem de um período mais longo que outros setores do mesmo segmento para se adequar a novas ferramentas. Neste sentido, é natural a ausência de material de estudo que permitam relacionar a produção, aquisição de dados, informação, conhecimento e inteligência (figura 01) e sua utilização nos meios públicos, em especial na segurança pública.

Figura 1 - Fluxograma dos Dados ao Conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor (2019)

2.2 Vigilância/monitoramento e a perda da privacidade

O acesso à informação pública no Brasil é um direito fundamental do cidadão, que estabelece a natureza pública e a disponibilidade de toda a informação produzida ou em poder do Estado. Nesse sentido, apenas informações classificadas como sigilosas por razões de segurança e saúde pública não são disponibilizadas, e as pessoais, cuja confidencialidade garante o direito de privacidade.

Na sociedade moderna a ideia de informação, requer procedimentos de organização para seu devido tratamento, a Lei nº 12.527/2011 regulamenta o amplo direito ao acesso à informação pública, determinando deveres estatais de gerir de forma eficiente a documentação governamental ou sob sua guarda, assim como viabilizar o conhecimento e a consulta a todos. Disponibilidade, autenticidade, integridade são os principais atributos legais da informação pública.

A informação em saúde abrange dados administrativos, que dizem respeito à própria Administração Pública e à rede assistencial, dados epidemiológicos relativos a populações, e dados clínicos, obtidos diretamente do cidadão no âmbito da assistência individual à saúde.

A Lei no 8.080, 19 de setembro de 1990, que regulamenta os deveres do Estado em relação ao direito à saúde, a organização e o funcionamento dos serviços públicos de saúde no Brasil, destaca o direito à informação do cidadão e o dever do Estado de fundamentar suas políticas e ações em informações sanitárias e evidências científicas, admitindo a importância da informação na realização do direito à saúde.

A produção e a circulação de informações envolvem direitos e interesses privados e públicos, e podem interferir ou influir nas relações e ações sociais e política.

Na vida política, o direito ao acesso à informação pública é considerado imprescindível à ampla participação, ao controle social e à responsabilização da Administração Pública.

No âmbito social, há uma crescente exigência de informações sobre os mais diversos aspectos da vida, para a tomada de decisões públicas ou privadas que possam afetar a segurança das pessoas ou aquelas que fixem o limite entre a proteção pública, as escolhas individuais de prevenção ou de defesa, e as convenções sociais.

A expectativa de que o acesso à informação em saúde permita uma melhor qualidade de vida e redução de riscos ao adoecimento tem legitimado a coleta de dados pessoais, seu uso na identificação de modos de vida, hábitos e outros aspectos da vida privada e intimidade como um dos deveres estatais.

Dispositivos como o telefone e o tablet são o presente e o futuro da nossa indústria de tecnologia. Estamos vivendo em um ambiente de grandes mudanças, no qual a tecnologia e a inovação vão dar muito o que falar nos próximos anos.

É bem verdade que os robôs vão pensar e executar todas as nossas tarefas, casas que são eles próprios construídas em poucas horas com o sistema de fotocopiadoras 3D, física contato semelhante com as pessoas que estão a milhares de quilômetros através de hologramas perfeitos, aplicações no cérebro nos permitirão baixar um programa e aprender uma língua em segundos, carros voadores, nanorobôs que irão reparar o nosso corpo, viajar para Marte, órgãos artificiais, navegação na web através do pensamento, o progresso de um cenário de ficção científica, no entanto, de acordo com muitos pesquisadores que não estão tão longe e que, como a ciência e a tecnologia avançam exponencialmente, poderia ser uma realidade diária em meio século.

Os avanços científicos nos darão a possibilidade de curar o envelhecimento, que é a principal causa das doenças, e até mesmo rejuvenescer. Já está sendo feito no nível celular e tecidual, mas podemos fazê-lo por todo o corpo. Nem todos os cientistas são tão revolucionários em suas expectativas quanto Cordeiro, embora as previsões de vários pesquisadores sobre o que nos espera em meio século sejam igualmente sugestivas.

Aconteceram muitos avanços na Inteligência Artificial e é uma área que continuará a progredir. A tecnologia permitirá monitorar 24 horas por dia através de um patch, uma pulseira, uma tatuagem ou um chip que detecta qualquer alteração no nosso corpo antes que os primeiros sintomas apareçam.

2.3 Big data

O tema *Big Data* desperta, na atualidade, o interesse, e até mesmo o fascínio, para todas as pessoas que têm algum envolvimento com atividades para Gestão da Informação (HUWE, 2012).

A reportagem publicada no Rio de Janeiro pelo Jornal O Globo, sob título “Big Data: enxurrada de dados emerge como novo termômetro da economia” suscitou um debate interessante sobre novas formas para interação entre a sociedade, governos e serviços em geral, pois estas formas promovem uma nova dinâmica para fluxos informacionais (SETTI, 2014).

A publicação desta reportagem por um veículo de grande circulação, demonstra que este assunto já é de interesse para a sociedade, indo além das fronteiras acadêmicas e da realização de negócios. Verifica-se também um movimento na área de Ciência da Informação neste tema, quando o Prof. Dr. Aldo Barreto, pesquisador na referida área, faz em seu blog algumas reflexões sobre os três tempos da ciência da informação. Ele traz uma consideração sobre os estoques disponíveis de forma online, afirmando que: “Hoje, com a condição online os estoques e os fluxos de informação, renomeados para “Big Data”, são multidirecionais e levam condições virtuais em seu desmatamento, quando o tempo se aproxima de zero, a velocidade se acerca do infinito e os espaços são de vivência pela não presença” (BARRETO, 2014).

Outra contribuição para este debate foi levantada pelo Prof. Dr. Marcos Cavalcanti, pesquisador do CRIE/COPPE, que afirmou em recente publicação que “Ao contrário do que muita gente pensa, Big Data não é uma ‘nova tecnologia” (CAVALCANTI, 2014).

Fazendo uma análise preliminar destes movimentos, é lícito supor que o profissional de informação deve refletir um pouco sobre como poderá se envolver nas discussões sobre o tema Big Data, afinal, o uso de dados e informação sempre foi objeto de estudo para a Ciência da Informação. Vale lembrar que não está se propondo algo totalmente novo com o tema Big Data, pois o uso de informação para a obtenção de resultados não é uma coisa nova.

Ao fazer um breve retrospecto nas pesquisas desenvolvidas na área, é possível observar que o desenvolvimento de ações investigativas em Sistemas de Apoio à Decisão (EIS), uso de Armazéns de Dados (DataWarehouse DataMarts), aplicações para melhorar o Desempenho dos Negócios (Business Intelligence), soluções para Mineração de Dados (Data Mining) (CIUPAK, BOSCARIOLI, CATARINO, 2013; HOFFMANN, 2011; REIS, ANGELONI, SERRA, 2010; VELHO, GOMES, 2009), além de informação para planejamento estratégico, gestão de recursos informacionais e ativos de informação na Web (BETTENCOURT,

CIANCONI, 2013; GUEDES, 2012; BARBOSA, NACIF, 2012; RIBEIRO, 2008; dentre outros), foram abordagens exploradas nos últimos anos pela Ciência da Informação.

Mas afinal, o que é Big Data? É uma tecnologia? Uma ferramenta? Uma metodologia nova? Como o profissional da informação pode se inserir na discussão deste tema? Para esclarecer estas questões é preciso, antes de tudo, observar algumas considerações sobre os aspectos norteadores para o tema Big Data.

A primeira consideração diz respeito ao tratamento de Big Data como uma tecnologia, pois o tema de alto volume de dados e informação há muito se faz presente nas pesquisas sobre processos de Gestão da Informação.

O impulso dado pela tecnologia, principalmente pelo incremento do uso dos dispositivos móveis, trouxe um forte aumento no volume de dados. Mas, o debate sobre temas como o crescimento exponencial da informação e explosão informacional, originados pelas pesquisas pós Segunda Guerra Mundial, já se fazia presente nas discussões e pesquisas na área de Ciência da Informação (SARACEVIC, 1996).

Uma segunda consideração diz respeito à variedade de dados disponíveis. A profusão de informações na internet, originadas pelas diferentes fontes de dados, ocasiona uma sobrecarga de dados e informação disponíveis para a sociedade. Cabe registrar que apenas 1% destes dados é efetivamente analisado (BREITMAN, 2014) e, conseqüentemente, pode-se deduzir que existe um grande campo de atuação para os profissionais que atuam na disciplina de gestão da informação.

Dentro deste contexto, este relato introduz a discussão dentro do trabalho de dissertação do autor, que tem por objetivo investigar métodos e abordagens para gerir recursos de informação residentes no Maior São João do Mundo edição 2019.

3 CASUÍSTICA

A atividade da segurança pública é, antes de mais nada, preventiva, sendo de responsabilidade das autoridades e dos seus agentes evitar a ocorrência de fatos lesivos para a ordem pública (BOTINO JÚNIOR, 2012).

A prevenção de determinados fatos antissociais acontece por meio da atuação do poder de polícia, o qual, de acordo com Santin (2007), pode ser exercido nas fases de investigação, de ação penal e de execução da pena, para que se possa garantir a realização do direito estatal de investigar, punir e de executar sanções. No mesmo sentido, Carlin (2005) afirma que:

A palavra polícia evoca, amplamente, a organização política do Estado, encarregada da ordem e da segurança, donde o agente policial representar a encarnação familiar da segurança. Sob esses aspectos, o termo polícia denota a idéia constante de ordem pública. Para assegurar essa ordem, a polícia recorre a seu poder de supervisão, indo até a injunção e a repressão. Em sua atividade, a polícia deve buscar o equilíbrio real entre a autoridade do Estado e as liberdades individuais. (CARLIN, 2005, p. 224).

Polícia pode ser definida como sendo um conjunto de serviços organizados e oferecidos pela administração pública para assegurar a garantia da ordem pública e da integridade física e moral dos indivíduos, diante de limitações impostas pela vida pessoal (SÃO PAULO, 2002).

Assim, a polícia de segurança pública subdivide-se, de forma doutrinária, em polícias preventiva e ostensiva ou polícia judiciária. A distinção se dá por meio de suas esferas de atribuições, características, finalidades, que apesar de se entrelaçarem, na prática apresentam diferenças (BOTINO JÚNIOR, 2012). Ademais, de acordo com Santim (2007),

A função de polícia de segurança pública compreende as atividades policiais de prevenção, repressão, investigação, vigilância de fronteiras e polícia judiciária, com objetivo de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (art. 144, da Constituição Federal). Polícia de segurança pública é gênero; polícia de prevenção, repressão, investigação, vigilância de fronteiras e polícia judiciária são suas espécies (SANTIM, 2007, p. 57).

As peculiaridades da atividade policial militar permitem perceber o quanto esta é arriscada e complexa, de modo que o policial militar pode se deparar com diversas situações que colocam em risco a sua vida. Uma delas é o confronto armado,

momento em que terá que fazer uso de arma letal para proteger a sua vida ou a de terceiros, em caso de legítima defesa.

Diante disso, sofre grande pressão psicológica durante o serviço, numa iminência constante de, a qualquer momento, se envolver em uma ocorrência com resultado morte, arriscando sua própria vida ou de terceiros. Isso traz uma grande carga de estresse que, a longo prazo, poderá trazer sérios prejuízos à saúde do policial militar, cuja repercussão pode afetar até mesmo a sua família, de forma extensiva, sem falar do quão fragilizado poderá ficar, afetando a qualidade da prestação de serviço à sociedade (SANDES, 2013).

As forças de ordem representam uma complexidade no modelo social, já que exercem função de garantias em situações instantâneas, em que o policial afirma ou nega direitos, segundo Sandes (2013), muitos policiais vivem em um ambiente de tensão permanente e sofrem com o dilema psicológico de matar ou ferir outro indivíduo. Levando em conta o clima de insegurança institucional, vários policiais sentem-se expostos publicamente e abandonados pela corporação quando cometem erros decisórios no dia a dia. Há de se levar em consideração, ainda, que o Estado deveria prover meios de valorização profissional aos policiais, para que eles possam prevenir o crime sem violar o direito à vida Sandes (2013).

Os altos índices de violência no Brasil, especificamente, no Estado da Paraíba, demonstram a contabilização, no primeiro trimestre do ano de 2018, a marca de 319 crimes violentos letais e intencionais, segundo dados revelados pelo projeto Monitor da Violência, em junho de 2018⁴. Neste cenário, impende observar a realidade não apenas física como psicológica do preparo do agente policial militar, exposto a todas as intempéries profissionais ao constante risco de morte, sua, de terceiros ou mesmo de criminosos.

Para prosseguirmos nessa linha de raciocínio é necessário apresentarmos as seguintes definições sobre o risco:

- Anthony Giddens apresenta a ideia de que o risco pode ter seus resultados monitorados e observados;

⁴ Projeto Monitor da Violência. Divulgado em 06/06/2018 no Site G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/paraiba-tem-319-mortes-violentas-no-primeiro-trimestre-de-2018-aponta-mapa.ghtml>. Acesso em: 21 de out. de 2018.

- Niklas Luhmann diz que uma definição de risco que possa satisfazer todas as exigências da ciência é impossível;
- Ulrich Beck informa que risco não é o mesmo que destruição.

Para além dos conceitos de risco acima afirmados, existe na literatura o conceito de risco, apresentado em Damásio (2014) é estruturante da própria atividade policial militar, de modo tal que a percepção do perigo implica em alterações no sistema nervoso central, iniciando a produção de substâncias que ativam o estado de prontidão e vigília, que, se acionado por um longo período, ocasiona um desgaste metabólico e uma alteração comportamental que influenciará no nível de atenção e raciocínio, não apenas em termos profissionais como também de cotidiano familiar.

É neste sentido que Silveira e Souza (2014), com base em pesquisa realizada junto à Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Norte, com o objetivo de investigar a concepção de policiais militares acerca de sua relação com o estresse, apontam quanto importante se torna o acompanhamento médico para a sociedade, pois, para lidar com as demandas desta, se faz necessário não apenas aparatos logísticos, técnicos e metodológicos, mas principalmente, de profissionais qualificados e cuidados nos diversos aspectos, essencialmente, no tocante ao biopsicossocial.

Afirmam, contudo, que não é comum a procura ou a promoção de serviços efetivos de saúde mental dentro da corporação, muito embora tenham os militares ciência da importância dos serviços de saúde mental, no entanto, não os buscam por vários fatores, sobretudo, o da precariedade de tais serviços na instituição.

Este tipo de serviço é conceituado por Damásio (2014) como de grande relevância para a sociedade, pois, para lidar com as demandas desta, se faz necessário não apenas aparatos logísticos, técnicos e metodológicos, mas principalmente de profissionais qualificados e cuidados nos diversos aspectos, essencialmente no tocante ao biopsicossocial.

3.1 Números do Maior São João do Mundo – 2019

O Maior São João do Mundo, realizado durante 31 dias entre o mês de junho e o mês de julho na cidade de Campina Grande, estado da Paraíba, é um mega evento reconhecido como a mais expressiva realização festivo-cultural do ciclo junino do Nordeste do Brasil, em virtude de sua grande estrutura organizacional,

movimentação financeira, envolvimento da sociedade local, interesse turístico, cobertura da mídia, quantidade de atrações artísticas e estéticas e enorme participação popular.

Recortamos e analisamos diversificados e complexos fenômenos do evento que influenciam na vida societária regional, representativos do rico mosaico de manifestações identitárias e culturais do mundo nordestino junino, pertencentes a um abrangente campo cultural que desdobramos conforme suas dimensões políticas, econômicas, socioespaciais, midiáticas, artísticas, estéticas e lúdicas.

Representações que se relacionam entre si, dicotomicamente: atos de consensos, convivendo com tensões e conflitos, mediante os interesses políticos e econômicos que permeiam o evento.

Contextualizamos o hibridismo das expressões sociais e artístico-culturais da festa, conforme seu modelo de celebração da contemporaneidade, caracterizado por se inspirar na base monotemática histórico-religiosa da cultura junino-nordestina, contemplando manifestações tradicionais, mostradas de forma original ou adaptadas aos dispositivos de expressões da atualidade, além de admitir representações massivas da indústria cultural.

Tabela 1 - Dados Maior São João do Mundo

Área do Evento	42.000 m ²
Trabalhadores Diretos	6570
Trabalhadores Indiretos	Xxxxx
Duração do Evento	31 dias
Maior Público por dia	~140.000
Público Total do Evento	~1.800.000
Portarias	5
Câmeras	275
Dispositivos Conectados	~10.000
Dados Gerados	147456 GB = 144 TB

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

3.3 DO LOCAL DO EVENTO

O município de Campina Grande está situado no agreste Paraibano, com uma população maior que 400 mil habitantes, segundo estimativas do IBGE no ano de

2016. Corresponde, atualmente, à Região Metropolitana de Campina Grande (RMCG), constituída por 17 municípios.

Teve no início de sua urbanização um forte vínculo com atividades comerciais perceptíveis até os dias atuais. No princípio, o município era lugar de repouso para tropeiros, em seguida se transformou em uma feira de gado e, por consequência, uma grande feira geral. Posteriormente, houve um grande salto de desenvolvimento devido às atividades dos tropeiros e ao desenvolvimento da cultura do algodão.

Hoje em dia, as principais atividades econômicas do município de Campina Grande envolvem o desenvolvimento de softwares, comércio varejista, a presença ainda de algumas culturas agrícolas e pecuária, atividades industriais, atacadista e de serviços, correspondendo, assim, ao segundo maior PIB do estado, perdendo apenas para a capital João Pessoa, já que sua posição privilegiada o favorece como centro distribuidor e receptor de matéria-prima e mão-de-obra de vários estados e dentro do próprio estado, situa-se no cruzamento entre a BR-230 e a BR-104.

Há muito tempo o município apresenta forte participação na área tecnológica, a cidade é considerada um dos polos industriais do Nordeste, que na década de 1940, era a segunda exportadora de algodão do mundo, ficando atrás apenas da Grã-Bretanha. Em 1967, a cidade recebeu o primeiro computador do Nordeste, que ficou no Núcleo de Processamento de Dados da Universidade Federal da Paraíba, atual Universidade Federal de Campina Grande. Atualmente, Campina Grande é referência em desenvolvimento de Software e de indústrias de informática e eletrônica.

No mais, Campina Grande dispõe de uma ampla rede escolar, como também universitária, que se destaca não só pela quantidade de instituições públicas e privadas existentes, mas também pela sua extensão, desde o ensino fundamental até a pós-graduação, tornando-se um importante centro universitário de referência regional, uma vez que possui universidades públicas e privadas bastante renomadas.

3.2 Bot Informativo

Durante o decurso do mestrado, que vem a resultar neste trabalho, tivemos a ocorrência de uma pandemia mundial, esta pandemia mundial se deu por conta da disseminação do coronavírus da síndrome respiratória aguda grave 2 (SARS-CoV-2). É patente que por ocasião dessa pandemia, a sociedade como um todo sofreu alteração, em especial na necessidade de saber informações sobre a pandemia, sobre os casos existentes no mundo, no país, na região, no estado, na cidade e, até mesmo no bairro. Por conta disso, uma vez que a infraestrutura, que os contatos junto a prefeitura e outros órgãos já haviam sido realizados, e que a ideia de monitoramento informativo já havia sido apresentada por conta do evento Maior São João do Mundo 2019, foi optado por realizar o aproveitamento da estrutura e possibilitar o acesso das pessoas as informações existentes, para tal foi criado o Bot Informativo que é uma rotina de computador que recolhe informações dos mais variados locais para tratar essa informação e em seguida disponibilizar para quem solicita. Para construção do referido Bot, foram utilizadas inúmeras técnicas e caminhos, dentre elas o Processamento Natural de Linguagem usando a ferramenta Dialogflow do Google, que tinha por objetivo receber uma demanda de forma natural, seja por voz ou texto, realizar a compreensão do que era dito e posteriormente a separação dos elementos necessários para a execução da tarefa solicitada, posteriormente foram realizadas conexões com outros aplicativos disponibilizando o referido Bot Informativo acessível ao máximo de pessoas possível, até a presente data da redação desse texto foram realizadas ~60.000 interações sua grande maioria realizada por meio do aplicativo Whatsapp.

O objetivo inicial por trás da ideia do Bot Informativo foi possibilitar o acesso das pessoas mais simples e da forma mais simples a uma informação essencial que poderia modificar as ações do demandante da informação, é possível por exemplo, perguntar ao Bot Informativo a quantidade de casos existente no bairro onde o demandante da informação reside⁵ e isso de uma maneira natural, sem que seja necessário repetir alguma frase padrão ou seguir qualquer tipo de menu automatizado, inclusive possibilitando que mesmo pessoas que não saibam a norma culta da língua portuguesa tenham acesso a informação, mesmo que cometam erros

⁵ Disponível apenas para as cidades de Campina Grande, João Pessoa e Patos na PB, e nas Regiões Administrativas do Distrito Federal.

gramaticais no momento de demandar a informação. Um exemplo de um pedido de informação é a seguinte frase:

“consultar os casos do bairro São José na cidade de Campina Grande PB”

O processamento de linguagem natural permite ao computador compreender que a demandante da informação deseja consultar, palavra destacada em verde, os casos, palavra destacada em vinho, do localidade bairro, palavra destacada em amarelo, no município de Campina Grande, destacado em azul, no estado da Paraíba, destacado na palavra em vermelho.

Para realizar a consulta foi criado um código de acesso que vai realizar uma consulta em um arquivo do tipo JSON, convertido em uma planilha de dados disponibilizado para a equipe de vigilância epidemiológica da cidade, a interface de preenchimento é extremamente intuitiva permitindo que qualquer servidor tenha condições de realizar o preenchimento usando qualquer dispositivo, de um computador a um aparelho celular, desde que possua conexão à internet (Figura 02). Os dados são tratados, compartilhados e revisados, em seguida passam pelo código API_COVID-19 (Figura 03) :

Figura

02

Dados_COVID_19

	A	B	C	D	E	F
1	cidade	casos	atualizacao	bairro	estado	mort
304	Bodocongó	16	16/09/2020	CG	PB	
305	Castelo Branco	3	16/09/2020	CG	PB	
306	Catolé	43	16/09/2020	CG	PB	
307	Catolé de Zé Fe	5	16/09/2020	CG	PB	
308	Centenário	4	16/09/2020	CG	PB	
309	Centro	29	16/09/2020	CG	PB	
310	Cidades	2	16/09/2020	CG	PB	
311	Conceição	7	16/09/2020	CG	PB	
312	Cruzeiro	9	16/09/2020	CG	PB	
313	Cuites	9	16/09/2020	CG	PB	
314	Dinamérica	4	16/09/2020	CG	PB	
315	Distrito Industria	0	16/09/2020	CG	PB	
316	Estação Velha	4	16/09/2020	CG	PB	
317	Itararé	2	16/09/2020	CG	PB	
318	Galante	4	16/09/2020	CG	PB	
319	Glória	5	16/09/2020	CG	PB	
320	Jardim Continen	2	16/09/2020	CG	PB	
321	Jardim Paulistan	14	16/09/2020	CG	PB	
322	Jardim Tavares	1	16/09/2020	CG	PB	
323	Jeremias	8	16/09/2020	CG	PB	

Fonte: Elaborada pelo Autor (2020).

Figura 03 - API_COVID-19⁶

```

1  function doGet(e) {
2
3  var ss = SpreadsheetApp.openByUrl("https://docs.google.com/sp
4  var sheet = ss.getSheetByName("Sheet1");
5
6  return getUser(sheet);
7
8  }
9
10 function converte_data(a){
11
12 const data = new Date(a);
13 const dia = data.getDate().toString().padStart(2, '0');
14 const mes = (data.getMonth() + 1).toString().padStart(2, '0')
15 const ano = data.getFullYear();
16 const data_formatada = `${dia}/${mes}/${ano}`;
17
18 return data_formatada;
19 }
20
21 function getUser(sheet){
22 var jo = {};
23 var dataArray = [];
24 var rows = sheet.getRange(2, 1, sheet.getLastRow(), sheet.get
25
26 for (var i = 0, l = rows.length; i<l; i++){
27 var dataRow = rows[i];
28 var record = {};
29 record['cidade'] = dataRow[0];

```

This project is published

Fonte: Elaborada pelo Autor (2020).

Como resultado do processamento realizados nas etapas descritas acima, se obtém um arquivo do tipo JSON, que possui todos os dados necessários para o processamento da resposta do demandante, o arquivo é organizado em grupos de informações e cada grupo possui um subgrupo com informações referentes ao grupo maior, conforme Figura 04.

⁶ O código completo será disponibilizado nos apêndices deste trabalho.

Figura 04 - Arquivo JSON

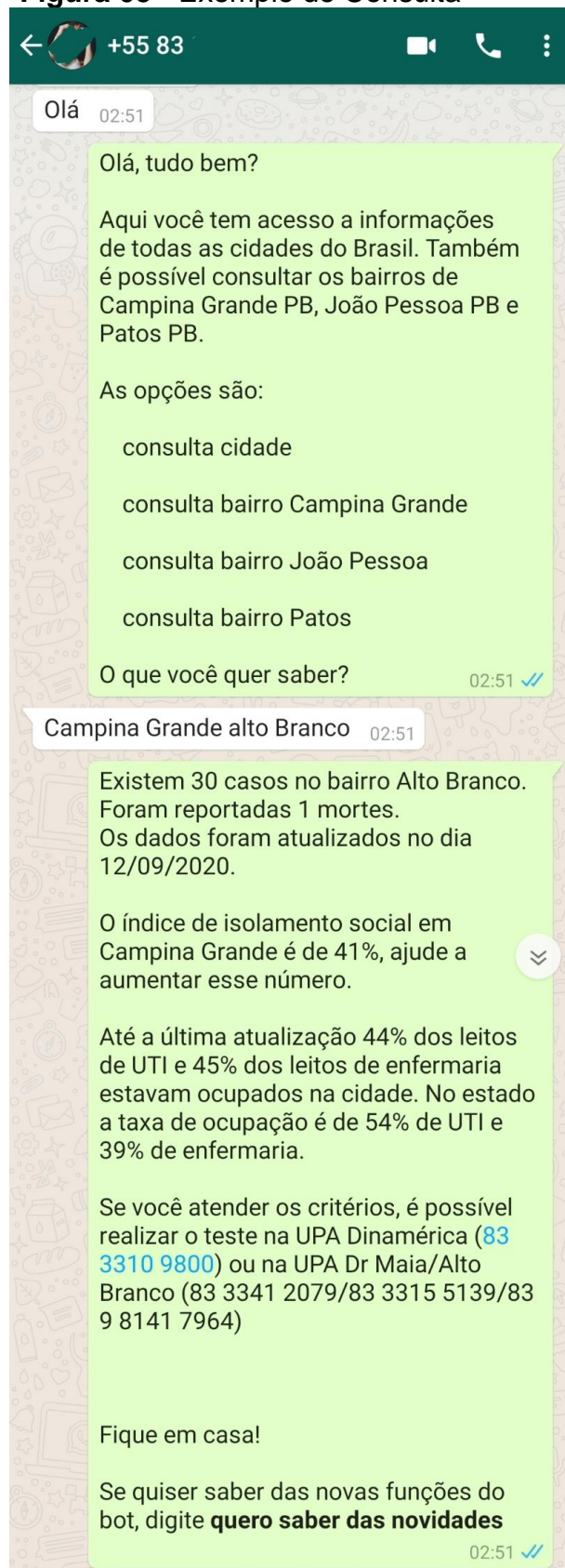
```

- {
  cidade: "Camalau",
  casos: 1,
  atualizacao: "21/07/2020",
  bairro: "N/A",
  estado: "PB",
  mortes: 0,
  isolamento: 0,
  testes: 0,
  ocupaUtiCidade: 0,
  ocupaEnfCidade: 0,
  ocupaUtiEstado: 54,
  ocupaEnfEstado: 39,
  endTeste: "",
  contatoTeste: ""
},
- {
  cidade: "Campina Grande",
  casos: 9157,
  atualizacao: "21/07/2020",
  bairro: "N/A",
  estado: "PB",
  mortes: 141,
  isolamento: 41,
  testes: 0,
  ocupaUtiCidade: 44,
  ocupaEnfCidade: 45,
  ocupaUtiEstado: 54,
  ocupaEnfEstado: 39,
  endTeste: "",
  contatoTeste: ""
},

```

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

Após todo o processo realizado, a pessoa demandante de informação, recebe em seu dispositivo a resposta a sua indagação, em alguns casos específicos é possível informar as pessoas se existe algum centro de referência para o tratamento da COVID-19 no local que foi consultado, Figura 05.

Figura 05 - Exemplo de Consulta

Fonte: Elaborada pelo autor (2020).

4 METODOLOGIA

Este estudo é resultado de diversos campos de conhecimento relacionados ao desenvolvimento de exposições temáticas com foco na construção da experiência do visitante.

Para esse estudo, a análise que pretende ser desenvolvida corresponde a um estudo qualitativo. Segundo Martins (2008), uma avaliação qualitativa “[...] é caracterizada pela descrição, compreensão e interpretação de fatos e fenômenos, em contrapartida à avaliação quantitativa, denominada pesquisa quantitativa, onde predominam mensurações”.

Para atingir o objetivo proposto, será adotada a abordagem multimétodos para estudos pessoa-ambiente, conforme proposto por Günther, Elali e Pinheiro (2004), composto de duas etapas: Análise comportamental dos usuários a partir da utilização de “método para estudos centrado na pessoa”; Análise do espaço arquitetônico a partir da utilização de “método para estudos centrado no ambiente”.

A abordagem multimétodos implica no uso de dois ou mais métodos de pesquisa, definidos em função do objeto e dos objetivos pelo qual a pesquisa foi definida. Tal estratégia exige a integração elaborada do cruzamento de informações imprescindível para uma boa análise de dados da área.

Essa metodologia nada mais é do que uma pesquisa sobre as inter-relações entre os comportamentos subjetivos das pessoas. Autores indicam como principais tipos de pesquisa a utilização de mapas mentais, percursos sensoriais e avaliativos, percepção, observação comportamental, etc.

Os métodos para estudos centrados na pessoa compreendem dessa forma:

- Experimento: método das ciências naturais introduzido e explicado na psicologia como observações sistemáticas entre os métodos disponíveis ao pesquisador nas ciências de maneira geral. Sendo uma das características principais do estudo na psicologia ambiental e dos seres humanos em seus contextos regulares de vida;
- Observação: ponto de partida para qualquer ciência desde que seja sistemática consistindo na criação de determinados cenários comportamentais de maneira geral múltiplos comportamentos ou múltiplos atores;
- Entrevista: uma conversa com propósito temático;

- Questionário: corresponde a uma coleta de informações usando uma sondagem da entrevista;
- Auto relatos: pode ocorrer com fatos relativos à uma vivência pessoal do autor ou sua percepção do grupo.

Já em relação aos métodos para estudos centrados no ambiente, os principais trabalhos desenvolvidos na área usam o método “walk-around-the-block” traduzido como "caminhada pelo local", consistindo em estabelecer um estudo a partir de uma visita realizada acompanhada de pessoas como PM que estava inserido no local.

Utiliza-se também outros dois métodos: vestígios de comportamento de uma ocupação anterior do local e mapeamento comportamental como uma representação das pessoas em um determinado espaço.

Para este trabalho foram escolhidos para o estudo centrado na pessoa, a observação sistemática e o auto relato por meio do método observativo.

A observação, entre as principais técnicas, pode-se citar a análise de traços de comportamento e o mapeamento comportamental, este último relaciona exatamente ambiente e comportamento em função do tempo. Pode-se definir como centradas-no-lugar ou centradas-na-pessoa, dependendo do foco de atenção do observador.

Sistematizando informações normalmente adquiridas de modo intuitivo, o mapeamento possibilita a utilização de dados concretos mais condizentes com a realidade, embora implique a demanda de um tempo considerável e organização dos dados para análise. Sua principal vantagem é facilitar o intercâmbio de dados provenientes das ciências sociais e elementos físicos do local, fundamental para aqueles que buscam atuar diretamente na análise e reestruturação do espaço, uma vez que a própria linguagem dos mapas é de fácil leitura tanto para profissionais, como também para leigos.

Para fins de estudo centrado no ambiente seriam interessantes o Walk-around-the-block e o mapeamento comportamental, além da análise do espaço arquitetônico.

A análise do espaço arquitetônico enquanto método de pesquisa, apesar de parecer interessar mais especificamente aos profissionais ligados à construção civil, pode explicar variados aspectos do comportamento humano, sobretudo somado à procura da correlação entre os dados obtidos e outras informações oriundas por outros meios.

O levantamento técnico existe quanto às medições das condições físicas do ambiente como dimensões, temperatura, etc., vistorias técnicas de materiais, análise dos processos construtivos, mensuração de fluxos internos ou externos aos prédios, tanto de pessoas, como materiais, veículos etc., levantamento de mobiliário, sugestões para reformas, entre outros. Estes dados podem ser somados aos de percepção dos visitantes, chegando à melhores resultados para normas construtivas e até para o debate de padrões comportamentais mediante às características de um ambiente.

A gestão sustentável influencia diretamente na maneira como o espaço é vivenciado não somente pela estrutura física, mas também nas relações entre ambientes, no percurso, em como os espaços se subdividem e suas integrações.

Então, essa forma de organização interna e/ou externa implica em como aquele determinado espaço precisa ser apresentado e conseqüentemente percebido. Nossa relação com o espaço não é neutra: os espaços evocam respostas emocionais. Para o designer da exposição, a implicação disso é que cada decisão de design traz consigo narrativas subliminares, que comunicam aos visitantes. Quer se trate de forma, espaço, superfície, materialidade, luz ou som, o espaço irá desenvolver uma atmosfera que evoca sentimento (LOCKER, 2011).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização do trabalho assumimos o desafio de realizar um trabalho multidisciplinar por tratar de inúmeros conhecimentos que no geral não se relacionam de forma acadêmica direta a exemplo dos diplomas jurídicos, tecnológicos e de gestão pública.

A consecução da segurança pública deve compreendida como uma das finalidades do Estado. Na prática, sua consecução depende da concretização de um conjunto de políticas públicas que estão, para além, do poder punitivo e repressivo da atividade estatal. Ademais, com o avanço das novas formas de organização social e com o avanço da tecnologia, cabe à atividade estatal adaptar-se a essa nova realidade e utilizar esses recursos na promoção e aprimorar as suas atividades em prol de garantir esse direito dos cidadãos.

Ainda no âmbito da concretização dessa função estatal, a Polícia Militar desempenha um papel singular e indispensável para a construção de uma paz sócia. Apesar de, no cotidiano, as atividades dessa instituição estarem ligadas ao processo de repressão do crime, sua atividade educativa e preventiva são fundamentais. Ainda assim, muito pode ser explorado dessas atribuições.

O papel da PM para em Big Datas não pode ocorrer de forma incidental. É preciso a gestão das ações a preparação dos recursos humanos e materiais para lidar com as eventuais complicações desse período. Para isso, faz-se necessário, atrelado ao planejamento, a utilização dos recursos tecnológicos. Especificamente, os serviços de monitoramento podem contribuir para a prevenção da crise e, até mesmo o controle das chamadas das situações de estresse. Todavia, para que isso ocorra é preciso interesse e investimento por parte das autoridades estatais. Fato que não parece ser tão comuns no cotidiano.

Consideramos de que os elementos que facilitaram consideravelmente a realização desse estudo foram a aplicação e coleta *in loco* dos eventos O Maior São João do Mundo e a inesperada pandemia mundial do coronavírus. O desenvolvimento do tema - Monitoramento Informacional durante o período de realização do estudo na cidade de Campina Grande nos possibilitou articular muitos conhecimentos com relação às vantagens desta modalidade de gestão pública.

Também ficou evidente no decorrer das inúmeras etapas deste trabalho que inexistente dentro do poder público no âmbito deste trabalho, qualquer preocupação com relação a aquisições desses dados, bem como sua análise e geração de inteligência do que for aplicado. Uma mudança para esse novo modo de avaliar a natureza dos eventos que ocorrem e podem ser registrados com a dinâmica do monitoramento informacional, aproveitando todos os dados já existentes, retornaria inúmeros ganhos a sociedade.

O monitoramento no São João de Campina Grande mostrou um problema estrutural da ação da atividade estatal que é a falta de investimento em recursos e pesquisas tecnológicas que podem ser utilizadas durante esse momento. Apesar de grande adesão ao serviço de inteligência específico para a prevenção da situação de conflitos.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar os aspectos sobre o Monitoramento Informacional e como são usados na cidade de Campina Grande, em especial nos eventos O Maior São João do Mundo e no Bot Informacional. Com o estudo percebemos que apesar da importância do tema, a utilização ainda se expressa de forma muito pontual e restrita a determinados pontos dentro de toda a infraestrutura pública.

Quanto ao mecanismo Bot Informacional, percebeu-se que além de divulgar dados sobre a evolução da pandemia pelo corona vírus direcionada de forma geograficamente direcionada, esse apresentou mais uma grande vantagem que foi a adaptação dos recursos de informação as novas realidades sociais. Em um contexto de, cada vez mais, virtualização das ações sociais, o Bot é um recurso que proporciona a informação em mais um canal.

A inovação apresentada foi o fato de que o Monitoramento Informacional se mostrou como uma ferramenta extremamente útil e indispensável, em especial na atual conjuntura mundial. Mostrou-se ainda que a tecnologia é de fundamental importância para o período de gestão de crise e pode ser uma grande aliada da atividade estatal.

Percebeu-se ainda grande abertura e adesão por parte da PM a utilização desses serviços. Todavia, a falta de interesses pareceu diametricamente proporcional à falta de recursos humanos e financeiros para a execução de um serviço de maior qualidade. Ainda assim, os resultados obtidos no São João de

Campina Grande mostram-se satisfatórios e podem ser utilizados como referências para o desenvolvimento de atividades similares.

Por fim, destaca-se que a utilização do recurso de monitoramento em Campina foi bem recebida, pela maior parte, da sociedade civil. Outro ponto que merece destaque foi a busca por maiores informações, por parte dos meios de comunicação, de como, na prática, ocorria sua execução e a expectativa para os resultados. Esses momentos, para além da divulgação das informações sobre a utilização desses recursos, foram singulares para a divulgação de informações para a sociedade e, principalmente, uma possibilidade de aproximação da PM da comunidade.

REFERÊNCIAS

BACELLAR, Roberto Portugal. **Mediação e arbitragem**. São Paulo: Saraiva 2012.

BECK, Ulrich. **La sociedad del riesgo: hacia una nueva modernidad**. Barcelona-Buenos Aires México: Paidós, 1998.

BUZATO, Marcelo E. K. Letramento digital abre portas para o conhecimento. **EducaRede**. Entrevista por Olivia Rangel Joffily. (2003). Disponível em: <www.educarede.org.br>. Acesso: 15 fev. de 2020

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Matriz curricular nacional para ações formativas da área de Segurança Pública**. Disponível em: <<https://www.policiamilitar.mg.gov.br/conteudoportal/uploadFCK/apm/13042015154220929.pdf>>. Acesso: 24 jul. 2019.

_____, Senado Federal. **Código Penal Militar de 1969**. Brasília: Senado Federal, 2019.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2019.

CASTELLS, MANUEL. **A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**, vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

_____. **A Galáxia da Internet: Reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. CARDOSO, Gustavo. **A Sociedade em rede: do conhecimento à acção política**. Belém: Casa da Moeda, 2005.

CASTRO, Flávia Lages. **História do direito: geral e Brasil**. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

CRAWFORD, S. The origin and development of a concept: the information society. **Bull. Med. Libr. Assoc.** v. 71, a. 4 oct., p. 380-385, 1983. Disponível em: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC227258/pdf/mlab00068-0030.pdf>. Acesso: 15 fev. de 2020.

COSTA, M.; ACCIOLY Jr, H.; OLIVEIRA, J.; MAIA, E. Estresse: diagnóstico dos policiais militares em uma cidade brasileira. **Revista Panamericana de Salud Pública**, v. 21, n; 4, p. 22-217, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

GIDDENS, Anthony. **As Conseqüências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

HANS, B. C. **No exame: reflexões sobre a era digital**. São Paulo: Antropos, 2013.

HELOU, Rodolfo Miguel Soares. **Obrigação do Estado em prestar segurança pública e sua responsabilidade quanto a sua desídia à luz da reserva do possível.** Brasília: EDIDP 2008.

LEITE, F. P. A. O Exercício da liberdade de expressão nas redes sociais: e o marco civil da internet. **Revista de Direito Brasileira**, São Paulo, SP. n. 6, v. 13, n. 6, p. 150 - 166, jan./abr. 2016.

LEITE, Caroline. Os direitos humanos e o exercício da cidadania no meio digital. In: LEITE, George Salomão; LEMOS, Ronaldo (coord.). **Marco Civil da internet.** São Paulo: Atlas, 2014.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2003.

LUHMANN, Niklas. **Risk: a sociological theory.** 4. ed. Aldine Transaction, 2008.

MARRAS, J. P.; VELOSO, H. M. **Estresse ocupacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MORAIS, Alexsandro de Arruda dos Santos. A utilização da mediação de conflitos nas atividades policiais no estado do Tocantins. **Revista Científica do ITPAC**, Araguaína, v. 10, n. 1, fev. 2017.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Mutações do direito administrativo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Renovar, 2001.

PINHEIRO, P. S. The paradox of democracy in Brazil. **Brown Journal of World Affairs**, v. 7, p.113– 122, 2002.

POSTMAN, N. **Tecnopolia: Quando a Cultura se rende à Tecnologia.** Lisboa: Difusão Cultural, 1992.

POZO, J. I. (2004). **A sociedade da aprendizagem e o desafio de converter informação em conhecimento.** Disponível: http://www.revistapatio.com.br/sumario_conteudo.aspx?id=386. Acesso: 15 mar. de 2020.

REZENDE, R. M. **Direitos prestacionais de comunicação.** São Paulo: Saraiva, 2014.

ROLIM, Marcos. **A síndrome da rainha vermelha: policiamento e segurança pública no Século XXI.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

SANTIN, Valter Foletto. **O Ministério Público na investigação criminal.** Bauru: Edipro, 2007.

SANTOS, Emerson Clayton Rosa. **Conceito de segurança pública.** Curitiba: EDUNICENTRO, 2018.

SILVA, José Luís Miguel. **Análise da presença na internet das maiores empresas de auditoria em Portugal**: Através da Aplicação do Modelo PHIMA. (2017) Dissertação de Mestrado. Lisboa: Universidade Aberta. Disponível em: <<https://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1231>>. Acesso: 15 mar. de 2020.

SILVEIRA, C. M. **Regulação da mídia e liberdade de expressão**: análise da experiência alemã. Disponível em: <http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2015/relatorios_pdf/ccs/DIR/DIRCarolina_Silveira.pdf>. Acesso: 15 jan. de 2020.

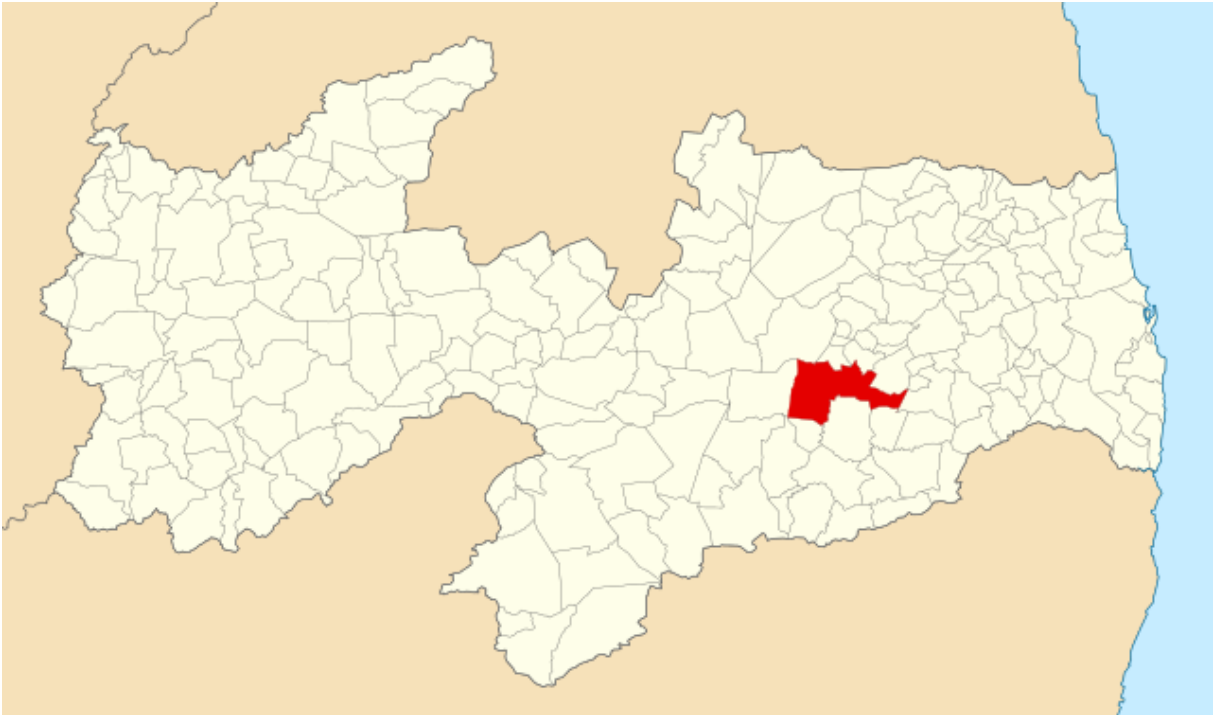
VASCONCELOS, Carlos Eduardo de. **Mediação de conflitos e práticas restaurativas**. São Paulo: Método, 2008.

WEBSTER, Frank. **Theories of the information society**. Londres: Routledg, 1995.

ZACCARIOTTO, José Pedro. **A polícia judiciária no estado democrático**. Sorocaba: Brazilian Books, 2005.

APÊNDICES

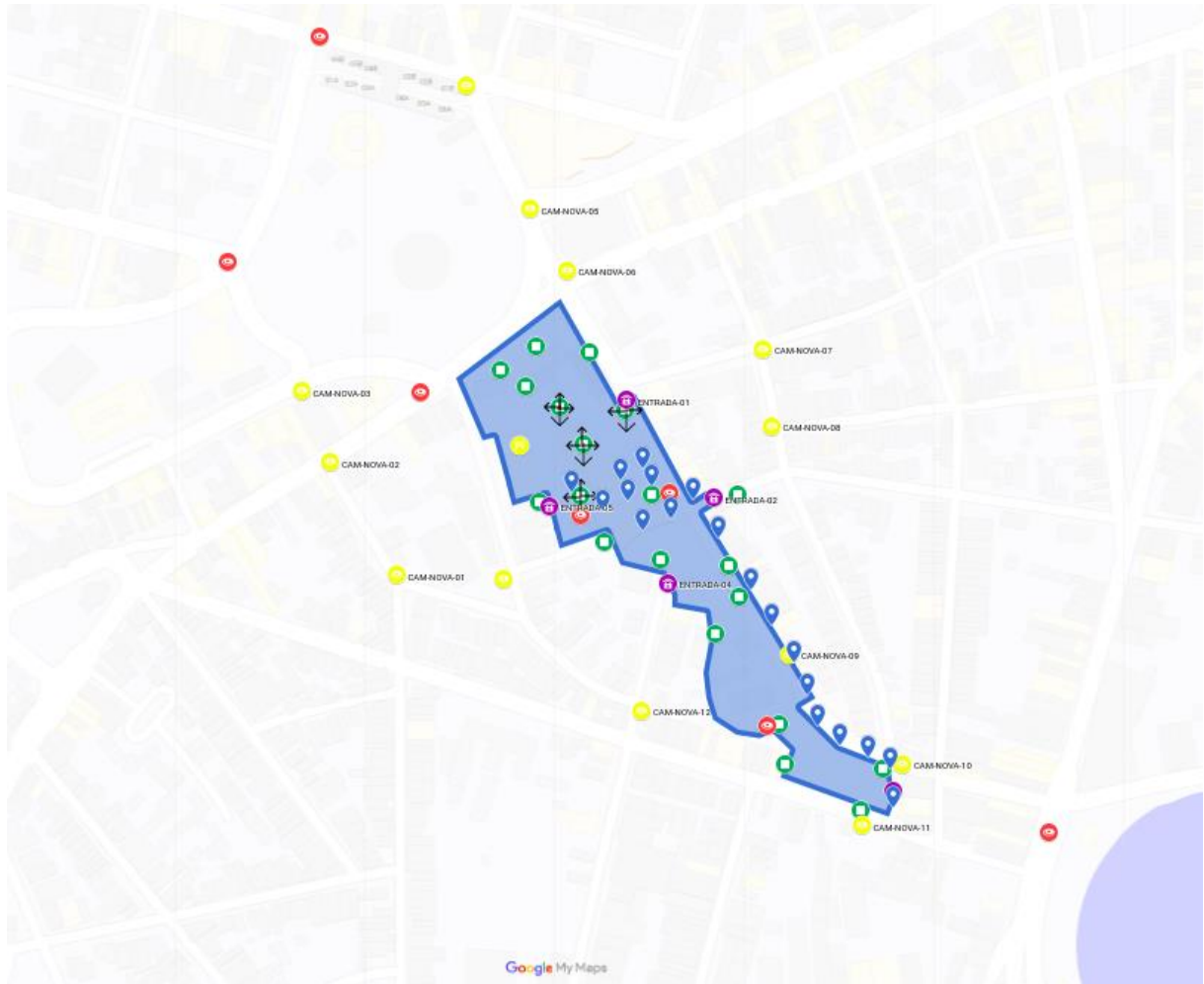
APÊNDICE A – MAPEAMENTO DE CAMPINA GRANDE



APÊNDICE B – MAPEAMENTO DO SÃO JOÃO CAMPINA GRANDE



APÊNDICE D – REDE DE SENSORES PARQUE DO POVO



APÊNDICE E – QUESTIONÁRIO PARA OS PARTICIPANTES DO SÃO JOÃO



www.institutodativox.com.br

PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA – VITÓRIA DE SANTO ANTÃO – MAIO DE 2011

Bom dia/Boa tarde. Meu nome é _____, Sou do Instituto de Pesquisa Datavox e estou realizando uma pesquisa. O(a) Sr(a) poderia me responder algumas perguntas? Sua participação será de extrema importância para a pesquisa.

Filho: O(a) Sr(a) é eleitor(a) neste município? () Sim, continua () Não (Substituir o entrevistado)

Sexo: () Masculino () Feminino

Idade (anote e marque): _____

Até que ano o(a) Sr(a) cursou na Escola?

Renda familiar:

() 16 a 24 anos

() Até 4ª série do ensino fundamental

() Até R\$ 677,00

() 25 a 34 anos

() Da 5ª a 8ª série do ensino fundamental

() De R\$ 677,01 a R\$ 2.033,00

() 35 a 44 anos

() Ensino médio completo ou incompleto

() Mais de R\$ 2.033,01

() 45 a 59 anos

() Superior completo ou incompleto

() 60 anos ou mais

01) Como você avalia a Segurança Pública no município de Vitória de Santo Antão? Você diria que ela está sendo: Ótima, Boa, Regular, Ruim ou Péssima?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

02) De uma maneira geral, você diria que a situação da Segurança Pública no município de Vitória de Santo Antão está melhor, igual ou pior do que há três anos atrás?

() Melhor () Igual () Pior () NS/NR

03) Na sua opinião, qual é a principal ação para melhorar a situação da Segurança Pública em Vitória de Santo Antão?

_____ () NS/NR

04) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação da Polícia Federal?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

05) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação da Polícia Militar?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

06) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação da Polícia Civil?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

07) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação da Guarda Municipal?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

08) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação do Governo Municipal?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

09) Baseando-se em suas experiências de vida e no que você tem ouvido sobre a eficiência das instituições que servem a comunidade em assuntos de segurança pública, como você avalia a atuação do Governo Estadual?

() Ótima () Boa () Regular () Ruim () Péssima () NS/NR

AV. MANOEL TRAVES, 700 - BL 103 - EMP VILA BRANCO
JARDIM TRAVES - CAMPINA GRANDE - PB
(83) 9979 0991 - (83) 9372 6312



(NAS QUESTÕES DE 13 A 21 VOU LER ALGUMAS FRASES E GOSTARIA QUE PARA CADA UMA DELAS VOCÊ DISSESSE SE CONCORDA OU DISCORDA)

- 10) "Para reduzir a criminalidade é preciso impor uma política de tolerância zero, em que todo tipo de infração ou ilegalidade sejam punidos."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 11) "Penas mais rigorosas reduzem a criminalidade."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 12) "A violência dos criminosos justifica uma ação violenta dos policiais."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 13) "A atribuição da responsabilidade penal somente a partir dos 18 anos incentiva a participação de menores de idade na prática criminosa."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 14) "Legalizar a venda e o uso da maconha reduzirá a criminalidade."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 15) "A proibição de venda de bebidas alcoólicas após a meia noite contribui para a redução da criminalidade."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 16) "A certeza da impunidade é uma das principais razões para o aumento da criminalidade."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 17) "Os menores de idade que cometam crimes violentos/hebiondos devem ser julgados como adultos."
- Concordo totalmente Concordo em parte Não concordo nem discordo
 Discordo em parte Discordo totalmente NS/NR
- 18) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Prisão Perpétua?
- Totalmente a favor Parcialmente a favor Nem a favor nem contra
 Parcialmente contra Totalmente contra NS/NR
- 19) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Pena de Morte?
- Totalmente a favor Parcialmente a favor Nem a favor nem contra
 Parcialmente contra Totalmente contra NS/NR
- 20) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Redução da maioridade penal para 16 anos?
- Totalmente a favor Parcialmente a favor Nem a favor nem contra
 Parcialmente contra Totalmente contra NS/NR
- 21) Gostaria de saber se você é a favor ou contra o Direito à porte de armas a todo cidadão?
- Totalmente a favor Parcialmente a favor Nem a favor nem contra



- () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 22) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Unificação das polícias Civil e Militar?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 23) Gostaria de saber se você é a favor ou contra ao Uso das Forças Armadas no combate à criminalidade?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 24) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Privatização dos Presídios?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 25) Gostaria de saber se você é a favor ou contra ao Monitoramento eletrônico de presos através do uso de Braclete ou Tornazeleira com GPS, nos casos de prisões domiciliares, regime semi-aberto ou saídas temporárias dos presídios?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 26) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Políticas Públicas para reinserção dos presos na sociedade?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 27) Gostaria de saber se você é a favor ou contra a Adoção de penas alternativas à prisão para crimes de menor gravidade, como trabalho comunitário?
 () Totalmente a favor () Parcialmente a favor () Nem a favor nem contra
 () Parcialmente contra () Totalmente contra () NS/NR
- 28) Pensando nos últimos doze meses, você diria que o serviço prestado pela polícia em sua cidade melhorou, piorou, ou está igual?
 () Melhorou () Está igual () Piorou () NS/NR
- 29) Você ou algum parente, foi furtado, assaltado ou agredido nos últimos 12 meses?
 () Sim, o próprio entrevistado () Sim, algum parente () Sim, ambos
 () Não, nem o entrevistado nem algum parente () NS/NR
- 30) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém sendo assaltado em sua cidade?
 () Presenciou () Não presenciou () NS/NR
- 31) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou brigas de gangues em sua cidade?
 () Presenciou () Não presenciou () NS/NR
- 32) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém recebendo um tiro em sua cidade?
 () Presenciou () Não presenciou () NS/NR
- 33) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou a polícia prendendo alguém em sua cidade?
 () Presenciou () Não presenciou () NS/NR
- 34) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém sendo assassinado em sua cidade?
 () Presenciou () Não presenciou () NS/NR



www.institutodatavox.com.br

35) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou tiroteios em sua cidade?

Presenciei Não presenciei NS/NR

36) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém sendo agredido em sua cidade?

Presenciei Não presenciei NS/NR

37) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém sendo ameaçado com uma faca em sua cidade?

Presenciei Não presenciei NS/NR

38) Pensando nos últimos 12 meses, gostaria de saber se você presenciou alguém usando drogas na rua em sua cidade?

Presenciei Não presenciei NS/NR

Bom Jardim, _____ de Maio de 2013

Entrevistador

APÊNDICE F – CÓDIGO DIALOGFLOW

```
// See https://github.com/dialogflow/dialogflow-fulfillment-nodejs
// for Dialogflow fulfillment library docs, samples, and to report issues
'use strict';

const functions = require('firebase-functions');
const { WebhookClient } = require('dialogflow-fulfillment');
const { Card, Suggestion } = require('dialogflow-fulfillment');
const axios = require('axios');
process.env.DEBUG = 'dialogflow:debug'; // enables lib debugging statements
var todosBairros = "";
exports.dialogflowFirebaseFulfillment = functions.https.onRequest((request, response) => {
  const agent = new WebhookClient({ request, response });
  console.log('Dialogflow Request headers: ' + JSON.stringify(request.headers));
  console.log('Dialogflow Request body: ' + JSON.stringify(request.body));

  function getSpreadsheetData(){
    return
    axios.get('https://script.googleusercontent.com/macros/echo?user_content_key=M_LoARTdf5gyQwE
Pr9BPbXzWYOqCDdiTs-oqS2JbYhcun7gkjQYN5P3kmK-
iaDd2rFYNyyY2_NLd94GjY1bOEesPRhVTI3a2m5_BxDIH2jW0nuo2oDemN9CCS2h10ox_1xSncG
Qajx_ryfhECjZENCBVy7FQSCr-
b8NTTtPDvrAHj_tjC66eSOMMywx5B4kdOZI32KpkKMDH083yc33AA7FUGxzy20Jm&lib=MZM
LDnOUUnRYaX94wScyDjluJfBjdbtHOU');
  }

  function getStateData(){
    return axios.get('https://covid19-brazil-api.now.sh/api/report/v1');
  }
}
```

```
function getCityData(stateSearch){
  stateSearch = stateSearch.toUpperCase();
  return axios.get('https://brasil.io/api/dataset/covid19/caso/data/?state='+ stateSearch);
}
```

```
function semResultado(confirma){
  if(confirma === 0){
    return agent.add(`Não foi possível encontrar resultado pra sua busca, verifique a grafia do nome da pesquisa e tente novamente!`);
  }else
    return;
}
```

```
function formattedDate(date_unf){
  var day = date_unf.split("-",3)[2];
  var month = date_unf.split("-",3)[1];
  var year = date_unf.split("-",3)[0];
  var date_formatted = day + '-' + month + '-' + year;
  return date_formatted;
}
```

```
function welcome(agent) {
  const cidade_busca = agent.parameters.cidade_busca;
  return getSpreadsheetData().then(res => {
```

```

    res.data.map(cidade => {
      if(cidade.cidade === cidade_busca)
        agent.add(`Existem ${cidade.casos} casos na cidade de ${cidade_busca}. Os dados
foram atualizados em ${cidade.atualizacao} `);
    });
  });
}

```

```

function fallback(agent) {
  agent.add(`I didn't understand`);
  agent.add(`I'm sorry, can you try again?`);
}

```

```

function busca_bairro_CG(agent) {
  const bairro_busca_CG = agent.parameters.bairro_CG;

  if(bairro_busca_CG.toLowerCase() === 'todos'){
    var todosBairros = "";
    return getSpreadsheetData().then(res => {
      res.data.user.map(bairro_resultado => {
        if(bairro_resultado.bairro === 'CG')
          todosBairros = todosBairros + bairro_resultado.casos + ' casos no bairro ' +
bairro_resultado.cidade + '\n';
      });
      agent.add(`Lista de bairros Campina Grande:\n\n${todosBairros}
\nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero saber das novidades*`);
    });
  }
  else{

```

```

return getSpreadsheetData().then(res => {
    let confirma = 0;

    res.data.user.map(bairro_resultado => {

        if(bairro_resultado.bairro === 'CG' &&
bairro_resultado.cidade.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") ===
bairro_busca_CG.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){

                agent.add(`Existem ${bairro_resultado.casos} casos no bairro
${bairro_resultado.cidade}.
\nForam reportadas ${bairro_resultado.mortes} mortes.
\nOs dados foram
atualizados no dia ${bairro_resultado.atualizacao}.

                \nO índice de isolamento social em Campina Grande é de
${bairro_resultado.isolamento}%, ajude a aumentar esse número.

                \nAté a última atualização

                ${bairro_resultado.ocupaUtiCidade}% dos leitos de UTI e ${bairro_resultado.ocupaEnfCidade}% dos
leitos de enfermaria

                estavam ocupados na cidade. No estado a taxa de ocupação é de ${bairro_resultado.ocupaUtiEstado}%
de UTI e ${bairro_resultado.ocupaEnfEstado}% de enfermaria.

                \nSe você atender os critérios, é possível realizar o teste na
UPA Dinamérica (83 3310 9800) ou na UPA Dr Maia/Alto Branco (83 3341 2079/83 3315 5139/83 9
8141 7964)

                \n

                \nFique em casa!

                \nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero
saber das novidades*`);

                confirma = 1;

            }

        });

    semResultado(confirma);

});

```

```

}
}

function busca_bairro_JP(agent) {
  const bairro_busca_JP = agent.parameters.bairro_JP;

  if(bairro_busca_JP.toLowerCase() === 'todos'){
    var todosBairros = "";
    return getSpreadsheetData().then(res => {
      res.data.user.map(bairro_resultado => {
        if(bairro_resultado.bairro === 'JP')
          todosBairros = todosBairros + bairro_resultado.casos + ' casos no bairro ' +
            bairro_resultado.cidade + '\n';
      });
      agent.add(`Lista de bairros João Pessoa:\n\n${todosBairros}\n
        \nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero saber das novidades*`);
    });
  }
  else{
    return getSpreadsheetData().then(res => {
      let confirma = 0;
      res.data.user.map(bairro_resultado => {
        if(bairro_resultado.bairro === 'JP' &&
          bairro_resultado.cidade.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") ===
          bairro_busca_JP.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){
          agent.add(`Existem ${bairro_resultado.casos} casos no bairro
            ${bairro_resultado.cidade}.\nForam reportadas ${bairro_resultado.mortes} mortes.\nOs dados foram
            atualizados no dia ${bairro_resultado.atualizacao}.

            \nO índice de isolamento social em João Pessoa é de
            ${bairro_resultado.isolamento}%, ajude a aumentar esse número.

```


\nAté a última atualização, \${bairro_resultado.ocupaUtiCidade}% dos leitos de UTI e \${bairro_resultado.ocupaEnfCidade}% dos leitos de enfermaria estavam ocupados na cidade. No estado, a taxa de ocupação é de \${bairro_resultado.ocupaUtiEstado}% de UTI e \${bairro_resultado.ocupaEnfEstado}% de enfermaria.

\nFique em casa!

\n

\nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero saber das novidades*);

confirma = 1;

}

});

semResultado(confirma);

});

}

}

function busca_bairro_PT(agent) {

const bairro_busca_PT = agent.parameters.bairro_PT;

return getSpreadsheetData().then(res => {

let confirma = 0;

res.data.user.map(bairro_resultado => {

if(bairro_resultado.bairro === 'PT' && bairro_resultado.cidade.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") === bairro_busca_PT.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){

agent.add(`Existem \${bairro_resultado.casos} casos no bairro \${bairro_resultado.cidade}.\nForam reportadas \${bairro_resultado.mortes} mortes.\nOs dados foram atualizados no dia \${bairro_resultado.atualizacao}`);

confirma = 1;

}

});

semResultado(confirma);

});

```
}

```

```
function busca_cidade(agent) {
  const stateSearch = agent.parameters.estado;
  var cidade_busca = agent.parameters.cidade;
  var ultima_atual;
  var casos_atual;
  var mortes_atual;
  var data_da_atual;
  var data_da_penul;

  if(cidade_busca.toLowerCase() === 'campina')
    cidade_busca = 'campina grande';

  if(stateSearch === 'PB'){
    return getSpreadsheetData().then(res => {
      let confirma = 0;
      res.data.user.map(cidade_resultado => {
        if(cidade_resultado.bairro === 'N/A' &&
cidade_resultado.cidade.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") ===
cidade_busca.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){
          agent.add(`Existem ${cidade_resultado.casos} casos na cidade
${cidade_resultado.cidade} ${cidade_resultado.estado}.\nForam reportadas
${cidade_resultado.mortes} mortes. \nOs dados foram atualizados no dia
${cidade_resultado.atualizacao}`);
          confirma = 1;

          if(cidade_resultado.endTeste != "")
            agent.add(`Se você atender os critérios, na sua cidade é possível realizar o teste no
endereço: \n ${cidade_resultado.endTeste}

\no número de contato para informações é:\n
${cidade_resultado.contatoTeste}`);
        }
      });
    });
  }
  else

```

agent.add(`Se você atender os critérios o governo do estado está realizando teste. Você pode conferir o local de teste na sua cidade pelo link:

```

    \n
    https://paraiba.pb.gov.br/diretas/saude/coronavirus/arquivos/testesCOVID_19_002.pdf`);

```

```

    if(cidade_resultado.estado === 'PB' && cidade_resultado.bairro === 'N/A')
        agent.add(`No estado, a taxa de ocupação de leitos de UTI é de
        ${cidade_resultado.occupaUtiEstado}% e a de enfermaria é de ${cidade_resultado.occupaEnfEstado}%.
        \nAjude a reduzir esses números.
        \nFique em casa!
        \n
        \nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero
saber das novidades*`);
    }
    });
    semResultado(confirma);
    });
}
else{
    return getCityData(stateSearch).then(res => {
        res.data.results.map(resultado => {
            if(resultado.city != null){
                if(resultado.is_last === true &&
                resultado.city.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") ===
                cidade_busca.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){
                    ultima_atual = resultado.order_for_place;
                    casos_atual = resultado.confirmed;
                    mortes_atual = resultado.deaths;
                    data_da_atual = formatedDate(resultado.date);
                    agent.add(`Existem ${resultado.confirmed} casos na cidade
                    ${resultado.city} ${stateSearch},
                    \nforam registradas ${resultado.deaths} mortes.
                    \nOs dados foram atualizados no dia ${data_da_atual}.`);
                }
            }
        });
    });
}
}

```

```

        if(resultado.city.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g,
        "")) === cidade_busca.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") &&
        resultado.order_for_place === ultima_atual - 1){

            data_da_penul = formattedDate(resultado.date);

            agent.add(`No dia ${data_da_penul} havia ${resultado.confirmed}
casos confirmados.

            \nHá ${casos_atual - resultado.confirmed} casos novos e
${mortes_atual - resultado.deaths} mortes novas registradas.

            \nFique em casa!

            \n

            \nSe quiser saber das novas funções do bot, digite
*quero saber das novidades*`);

        }

    }

});

});

}

}

function busca_RA(agent) {

    const cidade_busca = agent.parameters.RA_DF;

    return getSpreadsheetData().then(res => {

        let confirma = 0;

        res.data.user.map(cidade_resultado => {

            if(cidade_resultado.bairro === 'N/A' &&
cidade_resultado.cidade.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "") ===
cidade_busca.toLowerCase().normalize('NFD').replace(/[\u0300-\u036f]/g, "")){

                agent.add(`Existem ${cidade_resultado.casos} casos na região administrativa
${cidade_resultado.cidade} ${cidade_resultado.estado}.\nForam reportadas
${cidade_resultado.mortes} mortes. \nOs dados foram atualizados no dia
${cidade_resultado.atualizacao}

                \nO índice de isolamento social no Distrito Federal é de
${cidade_resultado.isolamento}%, ajude a aumentar esse número.\nFique em casa!`);

                confirma = 1;

```

```

    }
  });
  semResultado(confirmar);
});
}

```

```

function busca_estado(agent) {
  const stateSearch = agent.parameters.estado_BR;
  return getStateData().then(res => {
    let confirmar = 0;
    res.data.data.map(stateResult => {
      if(stateResult.uf === stateSearch){
        agent.add(`Olha, buscando por ${stateResult.state}, foram reportados
          ${stateResult.cases} casos e ${stateResult.deaths} mortes.\nSe puder,
fique em casa!
          \n
          \nSe quiser saber das novas funções do bot, digite *quero saber das
novidades*`);
        confirmar = 1;
      }
    });
    semResultado(confirmar);
  });
}

```

```
let intentMap = new Map();
```

```
intentMap.set('Default Welcome Intent', welcome);
```

```
intentMap.set('Default Fallback Intent', fallback);
```

```
intentMap.set('Casos bairro CG', busca_bairro_CG);
```

```
intentMap.set('Casos bairro JP', busca_bairro_JP);
```

```
intentMap.set('Casos bairro PT', busca_bairro_PT);
```

```
intentMap.set('Casos cidade', busca_cidade);
```

```
intentMap.set('Casos RA DF', busca_RA);
```

```
intentMap.set('Casos estados Brasil', busca_estado);
```

```
agent.handleRequest(intentMap);
```

```
});
```

APÊNDICE G – CÓDIGO API

```
function doGet(e) {  
  
    var ss =  
    SpreadsheetApp.openByUrl("https://docs.google.com/spreadsheets/d/1UaK0fAU3hIUmJEq7gODvp1i  
3mI7FPTIzrU2yxbGpc-A/edit#gid=0");  
  
    var sheet = ss.getSheetByName("Sheet1");  
  
    return getUser(sheet);  
  
}  
  
function converte_data(a){  
  
    const data = new Date(a);  
  
    const dia = data.getDate().toString().padStart(2, '0');  
  
    const mes = (data.getMonth() + 1).toString().padStart(2, '0');  
  
    const ano = data.getFullYear();  
  
    const data_formatada = `${dia}/${mes}/${ano}`;  
  
    return data_formatada;
```

```
}
```

```
function getUser(sheet){
```

```
    var jo = {};
```

```
    var dataArray = [];
```

```
    var rows = sheet.getRange(2, 1, sheet.getLastRow(), sheet.getLastColumn()).getValues();
```

```
    for (var i = 0, l = rows.length; i < l; i++){
```

```
        var dataRow = rows[i];
```

```
        var record = {};
```

```
        record['cidade'] = dataRow[0];
```

```
        record['casos'] = dataRow[1];
```

```
        record['atualizacao'] = converte_data(dataRow[2]);
```

```
        record['bairro'] = dataRow[3];
```

```
        record['estado'] = dataRow[4];
```

```
        record['mortes'] = dataRow[5];
```

```
        record['isolamento'] = dataRow[6];
```

```
        record['testes'] = dataRow[7];
```



```
record['ocupaUtiCidade'] = dataRow[8];

record['ocupaEnfCidade'] = dataRow[9];

record['ocupaUtiEstado'] = dataRow[10];

record['ocupaEnfEstado'] = dataRow[11];

record['endTeste'] = dataRow[13];

record['contatoTeste'] = dataRow[14];

dataArray.push(record);

}

jo.user = dataArray;

var result = JSON.stringify(jo);

return ContentService.createTextOutput(result).setMimeType(ContentService.MimeType.JSON);

}
```